

Assim se passaram dez anos

Visão, 11 mar. 1974

Cronologia

De Castello Branco à eleição de Geisel, da visita de Brigitte Bardot (“adorei a revolução de vocês”) aos 150 anos de Congresso, de *Deus e o Diabo* a *São Bernardo*, das agitações sindicais à estabilidade de 1964 a 1973, o Brasil viveu dez anos de rápidas transformações e vertiginosas mudanças. Durante esse período foi governado por três presidentes revolucionários e uma Junta, ganhou uma Copa do Mundo e perdeu outra, acabou com o terrorismo, assistiu à expansão universitária, viu crescerem as dificuldades à liberdade de expressão, recebeu perplexo o AI-5 e comandou uma arrancada econômica que impressionou o mundo.

1964

Nunca o país havia sido politicamente tão balançado como naquele primeiro trimestre de 1964. As proposições reformistas que deixavam o Palácio do Planalto, em Brasília, entusiasmavam a propalada aliança operário-estudantil-camponesa e explodiam na imprensa antigovernamental como graves ameaças às estruturas morais e jurídicas do Estado liberal, já minado em suas bases econômicas por uma inflação desenfreada, movimentos grevistas e insistentes apelos à socialização. A classe média urbana, assustada, reunia-se a novos organismos políticos criados para defender a democracia e organizava marchas cívicas; os fazendeiros do interior paulista, pernambucano e mineiro falavam em formar pequenos exércitos para garantir suas propriedades e os industriais diziam que era impossível manter o ritmo da produção.

Denunciavam-se conspirações em todos os níveis. E, quando março começou, o país parecia estar irremediavelmente dividido. Até então, os chefes militares estavam calados. Mas a conspiração ganhava corpo nos quartéis em seu processo natural de triagem e era fomentada pelos discursos inflamados de alguns de seus ideólogos, como os governadores Carlos Lacerda, da Guanabara, e Adhemar de Barros, de São Paulo, severos críticos do “Estado sindicalista”, do caos econômico-financeiro e da anarquia administrativa.

A ação das Forças Armadas foi fulminante (ver “Como se depõe um presidente”. Artigo publicado no mesmo número de *Visão*, pp. 6-33).

Com a fuga de João Goulart, a Presidência da República foi entregue, interinamente, ao deputado Ranieri Mazzilli, ultrapassado no dia seguinte pelo Comando Supremo da Revolução, formado pelo brigadeiro Correia de Melo, pelo almirante Augusto Rademaker e pelo general Arthur da Costa e Silva. Mas a partir do dia 15 de abril o Brasil tinha um novo presidente, o general Humberto de Alencar Castello Branco, eleito pelo Congresso no dia 11, por 361 votos contra três.

No mesmo dia de sua posse o novo governante já passou a usar os dispositivos do Ato Institucional, um instrumento jurídico-punitivo de autodefesa da Revolução, que deixou o seguinte saldo no fim do ano: suspensão dos direitos políticos de 378 pessoas – entre elas três ex-presidentes, Jânio Quadros, João Goulart e Juscelino Kubitschek – e 55 membros do Congresso; a demissão de 10 mil funcionários públicos e cerca de 50 mil pessoas sob investigação policial-militar.

Somente em São Paulo o Dops recolhera 24.607 livros de 25 autores diferentes. A Comissão Geral de Inquéritos, presidida pelo marechal Taurino de Resende, vasculhava o país à procura de corruptos e subversivos. Com as prisões repletas de presos políticos, dois navios foram transformados em presídios na Guanabara. E, ante as denúncias de que se maltratavam presos em Pernambuco, Castello Branco enviou ao Recife o general Ernesto Geisel, chefe da Casa Militar, para ver *in loco* a situação dos partidários do antigo regime, que se achavam sob custódia policial-militar.

A nova ordem assustou mas não conseguiu inibir a criação artística. O teatro extrapolou para o *show* de contestação político-musical, com a peça *Opinião*, de Oduvaldo Vianna Filho, Armando Costa e Paulo Pontes, direção de Augusto Boal, no Teatro de Arena, da Guanabara. Jorge Andrade apareceu duas vezes com *Moratória*, na Guanabara, e *Vereda da salvação*, em São Paulo, que falavam das ligações do homem com a terra. No cinema chegou-se à projeção internacional com *Deus e o Diabo na terra do sol*, de Glauber Rocha, e *Vidas secas*, de Graciliano Ramos, dirigido por Nelson Pereira dos Santos (do ano anterior, mas exibidos neste), que arrancaram grandes elogios dos críticos no Festival de Cannes. Afirmava-se o cinema novo e apareciam também *Ganga Zumba*, de Carlos Diegues, e *Os fuzis*, de Rui Guerra. Artistas plásticos brasileiros foram laureados no exterior, como Ana Lúcia, Sérgio Camargo e Edith Behring, entre outros.

Na literatura foi o ano de consagração da sátira, com Sérgio Porto, ou Stanislaw Ponte Preta. Como crítico rigoroso das prisões tragicômicas, das denúncias levianas e da inexperiência administrativa dos novos governantes, não titubeou em afirmar: “A Revolução está descambando para o perigoso terreno da galhofa”. *Os idos de março*, de um grupo de jornalistas, *O Ato e o fato*, de Carlos Heitor Cony, destacavam-se nas livrarias. Pressões políticas e econômicas determinariam o fechamento do *Pif-Paf*, a revista humorística de Millôr Fernandes. A eleição do general Muniz de Aragão para o Clube Militar foi a ratificação de que prevalecia no Exército a orientação da “linha dura”, que exigia repressão e cassações.

A atitude crítica dos meios intelectuais, a tensa situação em Goiás, que acabou provocando, em dezembro, a cassação do mandato do governador Mauro Borges, e a necessidade de implantação de uma nova política econômico-financeira fizeram com que o Congresso Nacional aprovasse a prorrogação do mandato de Castello Branco até 15 de março de 1967.

Em agosto, o Governo divulgou seu Programa de Ação Econômica para 1964-65, com investimentos estimados em 3,7 trilhões de cruzeiros velhos, 70% dos quais a serem levantados no próprio país e com recursos da nova política de incentivo às exportações de matérias-primas. O plano visava a conter o processo inflacionário, atenuar os desníveis regionais, corrigir os “déficits” do balanço de pagamentos, instituir uma política habitacional, com a criação do BNH, as Letras do Tesouro Nacional para captar recursos financeiros e estabelecia normas para o Estatuto da Terra, que serviria como ponto de partida para a reforma agrária.

Brigitte Bardot, que estava no Brasil desde janeiro, confessou a um jornalista: “Adorei a Revolução de vocês”.

1965

Os incidentes políticos marcaram esse ano, culminando em novembro com a edição do Ato Institucional n. 2. Os partidos políticos foram extintos e o presidente da República se outorgou o direito de legislar por decreto, nos períodos de recesso do Congresso, enquanto as normas de restrição do crédito e de contenção salarial descontentavam patrões e empregados. O deputado Herbert Levy, um dos líderes revolucionários do segundo escalão, chegara a dizer em junho que “o setor privado está pressionado por dois fatos terríveis: por um lado, a restrição do crédito, que força os produtores a tatear recursos no mercado de capitais sob condições extorsivas; do outro, a drenagem progressiva de recursos para os cofres públicos, através da política fiscal cada vez mais agressiva. Tudo isso resulta na queda e no encarecimento da produção, no desemprego; enfim, na depressão generalizada que atinge o país”.

O governador Carlos Lacerda, com indisfarçáveis aspirações políticas, lançou-se como negociador da classe empresarial e passou a ser o crítico intransigente da atual política econômica. Com sutilezas, entretanto, evitava o choque direto com o presidente. Para ele, o verdadeiro responsável pelo “caos econômico” era o ministro do Planejamento, Roberto Campos. A resposta a Lacerda foi dada em Florianópolis, quando Castello Branco salientou que “o presidente da República é o único responsável pela política adotada por seu Governo”.

A Revolução parecia esvaír-se em suas próprias contradições. Outro tema polêmico era o das eleições: se Castello ficava ou não ficava; se os governadores seriam eleitos por voto direto ou indireto. Entre a antiga liderança política do Movimento de 31 de março, estas eram as posições: Adhemar de Barros defendia as eleições populares diretas; Lacerda era pelas indiretas; e Magalhães Pinto pregava a prorrogação do mandato presidencial por mais um ano. Os três almejavam ser candidatos presidenciais oficializados pela Revolução. Mas o presidente mantinha-se intransigente. Em discurso no Clube Militar, fez questão de afirmar: “Não se inquietem os velhos continuístas, nem os antigos e novos ditatoriais, pois continuísmo e ditadura não contam comigo”.

As críticas à Revolução avolumavam-se em quase todos os setores da vida nacional. O almirante Augusto Rademaker, um dos signatários do Ato Institucional, chegou a ser preso duas vezes por discordar de orientações presidenciais. Um grupo de intelectuais, liderados por Alceu Amoroso Lima, Barbosa Lima Sobrinho, Oscar Niemeyer e Anísio Teixeira, entre outros, divulgou o “Manifesto à nação”, onde diziam que “enquanto não se restabelecer a legalidade democrática dentro do princípio de independência e da harmonia dos poderes, com respeito às decisões dos tribunais e dos juizes, à soberania dos órgãos legislativos e à integridade de cada pessoa e de cada família, o Brasil não conseguirá fixar seus objetivos e lançar-se à sua conquista”. Alguns cometiam atos suicidas, como o coronel Jeferson Cardim Osório, que formou um grupo denominado “Forças Armadas de Libertação Nacional”.

No dia 17 de novembro, em frente ao Hotel Glória, Rio, onde se realizava uma conferência da OEA, um grupo de intelectuais, aproveitando a presença ali do presidente, desdobrou uma

faixa “OEA: queremos liberdade”. Em seguida, sete dos “Oito do Glória” eram presos: Antônio Callado, Carlos Heitor Cony, Jayme de Azevedo Rodrigues, Flávio Rangel, Glauber Rocha, Joaquim Pedro de Andrade e Mário Carneiro.

No campo internacional, o Brasil cada vez mais estreitava suas relações com os aliados ocidentais, principalmente os EUA. E tropas do Exército brasileiro, sob o comando do coronel Meira Matos, participaram de missões militares em São Domingos, durante a rebelião constitucionalista do coronel Francisco Caamaño.

Para o teatro foi um ano bastante tumultuado. *O berço do herói*, de Dias Gomes, foi censurado. E os militares da linha dura exigiam o fechamento do Teatro de Arena, na Guanabara, para impedir a apresentação de *Liberdade, liberdade*, de Millôr Fernandes e Flávio Rangel. Esses mesmos militares publicaram um manifesto contra Castello Branco, por permitir que *Vereda da salvação*, filme de Anselmo Duarte baseado na peça de Jorge Andrade, representasse o cinema brasileiro no Festival de Berlim. No terreno da literatura, 1965 pode ser considerado como o ano do ensaio político. As obras de interpretação dos problemas nacionais dominam as livrarias. *As razões da Independência e História militar do Brasil*, de Nelson Werneck Sodré. *Estado e capitalismo*, de Octávio Ianni, *O Brasil no espelho do mundo*, de Otto Maria Carpeaux, *Conciliação e reforma no Brasil*, de José Honório Rodrigues, e *Entre os Andes e a Revolução*, de Abelardo Jurema, foram alguns entre as dezenas de ensaios editados.

Nas artes plásticas, Antônio Dias, Rubens Gerchmann, Carlos Vergara e Hélio Oiticica apareciam como os artistas brasileiros mais importantes pela introdução no país das novas tendências figurativas e a Bienal de São Paulo ratifica a arte ‘pop’ e ‘op’. No Pavilhão de Artes da Universidade de Brasília, uma mostra de 332 peças revelava trabalhos de diversos grupos étnicos da Guiné, Serra Leoa, Libéria e outros países africanos.

Na Guanabara realizavam-se as comemorações do IV Centenário, entre elas o Festival Internacional do Filme que premiou *Help* de Richard Lester, e *A velha dama indigna*, de René Allio. Jean-Luc Godard, convidado para o festival, negava-se a comparecer, alegando motivos políticos. Baseava-se em informações de jornais do exterior, que falavam de grandes repressões contra estudantes, trabalhadores e partidários do antigo regime.

1966

Este foi o ano da reafirmação do poder militar. O governador Adhemar de Barros, de São Paulo, que pedira a renúncia de Castello (“Pratique um ato de grandeza, renunciando à Presidência da República e entregando o Governo ao marechal Dutra”), foi deposto em junho, sendo substituído por Laudo Natel, seu vice-governador, com garantias do general Amaury Krueel, comandante do II Exército. Porque os deputados se recusavam a endossar novas cassações de mandatos, o Congresso foi invadido por tropas embaladas sob comando do coronel Meira Matos. E, para evitar que as ambições políticas dos generais Amaury Krueel e Justino Alves Bastos (comandante do III Exército, em Porto Alegre) colocassem em perigo a segurança revolucionária, foi editada a Lei do Domicílio Eleitoral.

A eleição do general Costa e Silva para presidente da República, embora aguardada com uma nervosa esperança pelos setores civilistas, representou também a reativação do processo revolucionário. O veto à candidatura do general Lott ao Governo da Guanabara, no ano anterior, partira dele, um dos expoentes da “linha-dura”. A escolha de Costa e Silva, entretanto, motivou algumas divergências na direção revolucionária, mostrando que havia brechas em suas concepções doutrinárias.

O ano marcou também a primeira reação de vulto da Câmara de Deputados contra o AI-2, que dava ao presidente direitos de cassação. Nove dias depois da eleição de Costa e Silva, o presidente Castello Branco cassara os mandatos de seis deputados federais – Doutel de Andrade, César Prieto, Fidélis Moura, Adib Chamas, Sebastião Almeida e Humberto El Jaik –, o que levou o presidente da Câmara, deputado Aduino Lúcio Cardoso, a recusar o decreto presidencial, colocando aquela casa legislativa em sessão permanente, com a presença dos deputados cassados. O resultado foi o fechamento do Congresso por trinta dias, seguido da invasão militar.

A resistência às tendências autoritaristas do sistema ganhava corpo em diversos níveis. Carlos Lacerda, ex-governador da Guanabara, depois de alguns meses de inatividade política, passou, em abril, a pregar abertamente uma aliança “de todos os democratas” contra o “castellismo”, com atuações no Congresso “e em praça pública”. De sua viagem a Lisboa resultou um pacto político com Juscelino Kubitschek, para a formação da “Frente Ampla”, cujas bases foram lançadas no manifesto de 28 de outubro, no Rio: redemocratização do país através de eleições diretas; retomada do desenvolvimento econômico e política externa baseada na afirmação da soberania nacional.

Surgem também os primeiros sintomas de um movimento clandestino voltado para atos terroristas. Em 25 de julho, no atentado contra o general Costa e Silva, no aeroporto de Guararapes, no Recife, uma bomba mata o almirante Nelson Fernandes e o chefe da Casa Civil do governador Paulo Guerra, Edson Reis. Os estudantes agitavam-se com os atos punitivos nas universidades e o caráter extemporâneo da estrutura universitária. Explodem greves de estudantes em Brasília, Guanabara e outras capitais. Na Guanabara, cerca de 2 mil deles foram espancados, presos e enfileirados num estádio de futebol (o do Botafogo de Futebol e Regatas), depois de alguns minutos de diálogo, na Faculdade de Medicina, Praia Vermelha, com o reitor Pedro Calmon. E em Salvador centenas dos que se solidarizavam com os colegas de outros Estados foram dispersados a cassetetes e bombas de gás lacrimogêneo, procurando refúgio no fundo do Convento de São Bento, na Baixa do Sapateiro.

A batalha contra a inflação ainda não fora ganha. Em janeiro, quando o Banco Central divulgou a Resolução n. 15, eliminando os juros de depósitos bancários das empresas e reduzindo as taxas dos depósitos populares, os banqueiros protestaram, prevendo a retirada maciça de depósitos. E em abril os empresários levaram seu descontentamento ao ministro da Fazenda, dizendo que as vendas tinham caído de 40% a 50%; que o crediário se encontrava praticamente sem liquidez e que a escassez de crédito assumia proporções alarmantes. Em junho o economista Dias Leite revelava que nos primeiros quatro meses do ano a inflação se situava em 20%, quando o Governo havia fixado o índice de 10% para o ano todo. De janeiro a dezembro o aumento do preço por atacado atingiu 37%, o custo de vida subiu 45%, quase o dobro do aumento de salários concedido aos trabalhadores, que em setembro foram surpreendidos com a instituição do FGTS, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, que oferece alguns benefícios em troca da estabilidade aos dez anos fixada na CLT.

No setor cultural, segundo a expressão de Hélio Oiticica “chegou a hora da antiarte”. Nas artes plásticas a atividade de maior expressão foi a exposição individual do próprio Oiticica, em São Paulo, denominada “Manifestação ambiental n. 1”, que o consagrou como o mais importante artista brasileiro de vanguarda. O teatro apresentou cerca de 120 espetáculos dos quais apenas trinta eram montagens de textos teatrais dos mais variados gêneros.

Os outros eram *shows* musicais, remontagens e teatro infantil, o que já constituía um sintoma inquietante. O sopro de dinamismo à procura de novos caminhos encontrou sua manifestação mais expressiva em *Se correr o bicho pega, se ficar o bicho come*, de Oduvaldo Vianna Filho e Ferreira Gullar, do mesmo grupo Opinião que durante meses percorreu diversos Estados do Brasil, apresentando *Liberdade, liberdade*. Com o *Santo inquérito*, Dias Gomes aprimorava seu teatro político e com *Andorra*, de Max Frisch, José Celso Martinez alcançava grande rendimento plástico e interpretativo. *Morte e vida severina*, de João Cabral de Melo Neto, numa primorosa montagem do Tuca – Teatro da Universidade Católica de São Paulo, vencia o Festival de Nancy, na França.

No I Festival de Música Popular Brasileira, da TV Record de São Paulo, Chico Buarque de Holanda, com “A banda”, dividia o primeiro prêmio com Geraldo Vandré, autor de “Disparada”.

No esporte, entretanto, o ano não foi feliz. Para tristeza de milhões de brasileiros a seleção de futebol perdeu a Copa do Mundo disputada na Inglaterra.

1967

A partir do dia 15 de março a Revolução tem seu segundo presidente, o marechal Costa e Silva, com muito mais poderes do que o antecessor. A Constituição aprovada em janeiro, a lei de imprensa, de fevereiro, a lei de Segurança Nacional, de março, davam ao presidente onipotência para tomar medidas ilimitadas nos terrenos da segurança e do desenvolvimento. Mas suas primeiras palavras foram tranquilizadoras: no momento da posse e diante de 76 missões estrangeiras, prometera “governar para o povo”, respeitar o Legislativo, multiplicar as oportunidades de educação e reatar os entendimentos com a classe trabalhadora.

No dia 18 de julho uma notícia abalava o país: o primeiro presidente da Revolução, marechal Castello Branco, morria num desastre de aviação no interior do Ceará. Em consequência, uma grande perspectiva se formava em torno do Governo Costa e Silva, agora livre de uma liderança política com influência nos quartéis, que pudesse perturbar suas metas administrativas e de pacificação. As esperanças em Costa e Silva fizeram debilitar os alicerces políticos da “Frente Ampla” preconizada por Carlos Lacerda e contando com a simpatia de amplos setores do antigo PTB. João Goulart achava que se deveriam aguardar manifestações concretas do segundo Governo revolucionário. A 5 de abril declarou-se a favor da “frente”, mas não na qualidade de terceiro partido, por entender que era mais importante fortalecer o MDB, “até que surjam condições para o trabalhismo aparecer como organização política”.

Em outubro a “Frente Ampla” começava a se esfacelar. O ex-presidente do PTB, Lutero Vargas, em nota oficial definia a posição da família Vargas e afirmava haver uma incompatibilidade total entre os trabalhistas e o “lacerdismo”. Além disso, crescia nos meios militares a resistência aos “frentistas”.

Na condução da política econômico-financeira, surge um novo nome: Antônio Delfim Netto, ministro da Fazenda, professor da Universidade de São Paulo. Sua primeira promessa foi a de acelerar o desenvolvimento econômico sem prejuízo do combate à inflação. No final do ano conseguiria reduzir para 25% a taxa inflacionária que chegara a 41%, em 1966, e já em abril procedera à regulamentação do Decreto-lei 157, estimulando a capitalização das empresas. Em maio, toma duas medidas importantes, reivindicadas pelos empresários: a redução das taxas de juro de 36% para 24% ao ano e a determinação às instituições financeiras para que destinem, no mínimo, 50% do total de suas operações de crédito a pessoas e firmas com sede no país e cujo capital majoritário esteja em mãos de brasileiros.

Em junho, o ministro Hélio Beltrão, do Planejamento, anuncia oficialmente o programa de desenvolvimento do Governo, visando, entre outras coisas, a solucionar os problemas ligados à estrutura e ao financiamento da comercialização dos alimentos.

A política exterior do novo Governo, sob a direção do chanceler Magalhães Pinto, caracterizou-se pela recusa do Brasil em apoiar a criação da Força Interamericana de Paz, pelo veto brasileiro ao tratado de desnuclearização proposto pelas grandes potências e por um endurecimento com os Estados Unidos, devido à colocação, no mercado americano, do café solúvel. Segundo a nova orientação, do Palácio do Planalto, os produtos nacionais deveriam ser transportados 32% em navios nacionais (contra os 8% até então permitidos), 32% por navios de potências com as quais seriam feitas as transações e 36% em navios de outras bandeiras, medida que propiciaria ao país economia de 20 milhões de dólares anuais.

No campo artístico-cultural, uma escandalosa revelação: o tropicalismo, projetado com Caetano Veloso (“Alegria, alegria”) e Gilberto Gil (“Domingo no parque”) na música, com Glauber Rocha (*Terra em transe*) no cinema e José Celso (*O rei da vela*, de Oswald de Andrade), no teatro. O movimento é caracterizado primeiramente por Hélio Oiticica com sua exposição plástica *Nova objetividade brasileira*, denominada, a seguir, *Tropicália*.

A aparente liberalização do sistema fez com que o movimento cultural tomasse novo impulso e questionasse, inquietamente, da estética à dependência da mulher. O setor teatral foi enriquecido com *A saída, onde está a saída?*, do Grupo Opinião, *Meia volta vou ver*, de Oduvaldo Vianna Filho, no Teatro de Bolso, da Guanabara, e *Dois perdidos numa noite suja* e *Navalha na carne*, de Plínio Marcos. No cinema, *Terra em transe*, de Glauber Rocha, ganharia dois prêmios no Festival de Cannes.

Apesar da ascensão brutal do preço do livro, a atividade editorial foi intensa, destacando-se as obras políticas, principalmente entre o público universitário, que se inquietava com as perspectivas de um ensino cada vez mais seletivo, com a introdução das taxas de matrícula – e que seria o prenúncio do ensino superior pago – nas universidades. Franklin de Oliveira publica *Morte da memória nacional* e Hélio Silva projeta-se com *Os tenentes no poder* e *A guerra paulista*. Um dos poucos incidentes ocorreu com Márcio Moreira Alves. Seu livro *Torturas e torturados* foi apreendido ainda na gráfica da Rua Luiz de Camões, Guanabara, por agentes do DFSP. Antônio Callado lança o romance *Quarup*.

Surgiram algumas novidades, como o cruzeiro novo e a minissaia.

Os estudantes, por sua vez, faziam plantão na porta do Ministério da Educação, no Rio de Janeiro e em todo o Brasil, exigindo mais vagas nas Universidades. Houve alguns choques, até

que o presidente Costa e Silva proibiu que policiais ficassem postados à porta dos estabelecimentos de ensino, a não ser em casos excepcionais e com autorização superior. Até então, diariamente, as faculdades da UFRJ eram vigiadas ostensivamente por fortes contingentes da PM.

Na música projeta-se Milton Nascimento e Gutemberg Guarabira é vencedor do Festival Internacional da Canção, realizado no Maracanãzinho, com “Margarida”.

1968

Foi o ano da contestação política generalizada. O regime instituído em março de 1964 enfrentava seus momentos mais críticos, com imensas camadas populares ganhando as ruas e exigindo liberdade, reformas e o fim do regime de arrocho salarial. As passeatas multiplicavam-se em todo o país, lideradas pelos estudantes, clero e intelectuais; no Congresso, os parlamentares passaram a exigir respeito às decisões do Legislativo; e algumas greves operárias ameaçaram espalhar-se pelos Estados. A onda de oposição foi num crescendo até os últimos dias do ano, quando a 13 de dezembro o Governo editou seu instrumento jurídico-punitivo mais violento, o Ato Institucional n. 5, que sufocaria a resistência que se ampliava.

Estava renovado o direito de cassar mandatos legislativos e direitos políticos de cidadãos por dez anos; foi suspenso o instituto do *habeas corpus* nos casos de crime político contra a segurança nacional; o Congresso foi colocado novamente em recesso, pois sua insistência em não permitir que o deputado Márcio Moreira Alves fosse entregue à Justiça Militar era interpretada como desrespeito às decisões revolucionárias. E as aspirações da “Frente Ampla” foram definitivamente enterradas, com a cassação dos direitos políticos de Carlos Lacerda e de Renato Archer. Tudo isto gerou a extrapolação para a violência armada dos grupos da esquerda radical. Surge o terrorismo urbano, sob a direção do ex-deputado comunista, cassado em 1964, Carlos Marighela. São realizados 23 atentados, a maior parte em São Paulo, um dos quais contra o QG do II Exército, matando um soldado.

A contestação no teatro teve seu momento mais característico na I Feira de Opinião lançada pelo elenco do Arena no Teatro Ruth Escobar, de São Paulo. Augusto Boal conseguiu reunir dramaturgos progressistas, compositores e artistas plásticos. Juntaram-se seis nomes da literatura dramática paulista, tratando de diferentes aspectos da realidade brasileira: Lauro César Muniz, Gianfrancesco Guarnieri, Bráulio Pedroso, Jorge de Andrade, Plínio Marcos e o próprio Boal. A repressão, entretanto, fez-se mais violenta entre os policiais e os grupos parapoliciais, que chegaram a atacar com bombas o Teatro Opinião, na Guanabara. A peça *Roda viva*, de Chico Buarque de Hollanda, teve sua representação impedida em São Paulo e em Porto Alegre, pela agressão de um grupo altamente organizado. “Sabíá”, de Tom Jobim e Chico Buarque de Hollanda, venceu o FIC. Geraldo Vandré apresentou “Caminhando”, contestando o Exército.

A inquietação também atingia os quartéis. Um artigo do marechal Poppe de Figueiredo – “Revolução e desenvolvimento” –, publicado no *Jornal do Brasil*, da Guanabara, levou o Governo a reforçar a disciplina militar, a fim de impedir manifestações de oficiais do Exército na reserva. As denúncias sobre violências no Brasil ganhavam o mundo, levando o Ministério do Interior, dirigido pelo general Albuquerque Lima, a dar nota oficial acusando a imprensa nacional e in-

ternacional “pelo sensacionalismo na divulgação das notícias”. No mesmo dia, 28 de março, o estudante Edson Luiz de Lima Souto era morto em conflito com a Polícia Militar, no restaurante do Calabouço, junto ao Ministério da Aeronáutica, na Guanabara. Em represália pela morte de Edson Luiz, os estudantes entram em greve nacional. Os fatos são denunciados na Câmara dos Deputados e na Assembleia Legislativa do Estado da Guanabara, de onde saiu o corpo do estudante morto, sob acompanhamento de cerca de 50 mil pessoas.

Nas universidades e nas escolas secundárias da Guanabara já era impossível deter as manifestações estudantis, alimentadas pelos cercos diários da polícia aos estabelecimentos de ensino e pela arcaica estrutura universitária. No dia 21, o Exército estava em rigorosa prontidão, realizando-se as primeiras prisões na área estudantil. No dia 22, o governador Negrão de Lima antecipou as férias nos estabelecimentos de ensino do Estado da Guanabara. E, no dia 26, com a permissão de Negrão de Lima e sem a repressão do Governo Federal, realizou-se a cognominada “Passeata dos 100 mil”, que viria ratificar o rompimento do diálogo entre os universitários e o sistema. A 5 de julho, depois de violentos choques em São Paulo, o ministro Gama e Silva resolveu proibir todas as manifestações de rua, autorizando a repressão sistemática aos líderes estudantis. Na IX Assembleia da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, divulgou-se documento denunciando a falta de liberdade política no país.

A partir daí viria a crise constitucional. Depois da representação dos ministros militares contra o deputado do MDB Márcio Moreira Alves e da recusa do Congresso em permitir seu julgamento por tribunal militar, é editado o Ato Institucional n. 5, cujo espírito pode ser sintetizado no artigo que preceitua: “Ficam excluídos de qualquer apreciação judicial todos os atos e efeitos praticados de acordo com este Ato Institucional e seus Atos Complementares”.

1969

“Ninguém está a salvo, ninguém mesmo. Nem eu.” Estas palavras do deputado arenista Clóvis Stenzel retratam o que foi o ano de 1969: cassações em massa, rígido controle dos movimentos operários e estudantis, recrudescimento da censura, instituição da pena de morte e prisão perpétua para crimes políticos e inauguração, no país, da prática de sequestros por parte de guerrilheiros urbanos. No terreno político, o vice-presidente da República é impossibilitado de assumir a Presidência no impedimento do marechal Costa e Silva, afastado por motivos de saúde. A 31 de agosto, a nação volta a ser governada por uma Junta Militar, que no dia 30 de outubro entrega o poder ao general Emílio Garrastazu Médici, ex-chefe do SNI.

As atividades culturais passaram a ser rigorosamente vigiadas e artistas de projeção nacional, como Caetano Veloso, Gilberto Gil e Chico Buarque de Hollanda, tiveram que deixar o país. A II Bienal de Artes Plásticas da Bahia teve duração abreviada e seus organizadores foram presos, acusados de atividades antigovernamentais; no IV Salão de Brasília a Polícia Federal ameaçou tirar os trabalhos de Cláudio Tozzi e José Aguillar, por considerá-los políticos; e no II Salão de Ouro Preto o júri não pôde ver algumas obras inscritas. Foi um ano marcado pelo conflito entre a censura e a cultura. Ninguém estava a salvo, ninguém mesmo.

Mas o presidente da República, marechal Costa e Silva, tinha suas explicações. No primeiro dia do ano dissera, em discurso radiotelevisado, que a instituição do AI-5 tivera como princípios manter a ordem, a defesa e a segurança individual e coletiva e o resguardo das instituições democráticas. Quinze dias depois cassava 38 mandatos legislativos e suspendia por dez anos os direitos políticos de 28 deputados federais, dois senadores e um vereador. Determinou ainda a aposentadoria de três ministros do Supremo Tribunal Federal e de um do Supremo Tribunal Militar, além da suspensão dos direitos políticos da diretora do matutino carioca *Correio da Manhã*; dois meses depois, assinava a cassação de mais 95 parlamentares e explicava que o objetivo da Revolução é o de compatibilizar o Legislativo “com as missões que lhe são reservadas”. O Congresso só foi reaberto em outubro, isto para eleger os novos presidente e vice-presidente da República, depois de outras torrentes de cassação de mandatos e suspensão de direitos políticos.

O terrorismo urbano ganhou novas dimensões com o sequestro, na Guanabara, do embaixador americano Charles Elbrick, trocado por presos políticos. E teve sua primeira baixa importante, a de Carlos Marighela, morto em São Paulo. Já no início do ano o capitão do Exército Carlos Lamarca havia fugido de seu quartel em São Paulo com alguns companheiros de farda, levando 69 fuzis, dez metralhadoras e três bazucas, juntando-se a Carlos Marighela, que dirigia a ALN. Neste ano, dentre outros, já atuavam alguns movimentos clandestinos de contestação armada ao sistema: MR-8, VPR e VAR-Palmares.

Pelo AI-7 ficaram suspensas todas as eleições para os cargos executivos ou legislativos da União, Estados e Territórios, até que fossem julgadas oportunas pelo presidente da República. E, pelo Decreto-lei 477, os estudantes envolvidos em atividades políticas seriam expulsos ou suspensos da universidade. Foi lançada a base do ensino de Moral e Cívica nas escolas de todo o país pelo ministro da Justiça, Gama e Silva, ao assegurar que “a inquietação da juventude atual e sua incompreensão quanto aos problemas do país talvez pudessem ser eliminadas se houvesse formação em civismo e moral”.

As relações entre a Igreja e o Estado e mesmo as relações internas na Igreja passaram por momentos de grande inquietação. Dom Eugênio Sales, arcebispo da Bahia, na aula inaugural do Curso Anual de Desenvolvimento afirmou que tanto os regimes socialistas como os liberais fazem parte da civilização moderna e que “devemos aproveitar benefícios e verdades que cada um contenha, eliminando seus erros”.

A 31 de agosto, três dias depois de anunciada a predisposição do presidente em elaborar uma nova Constituição e restabelecer a autonomia do Congresso, a nação foi surpreendida pela comunicação dos ministros das pastas militares – general Lira Tavares (Guerra), almirante Augusto Rademaker (Marinha) e marechal do Ar Márcio de Souza Melo –, através do AI-12, pelo qual assumiam, temporariamente as funções do presidente da República, em virtude da enfermidade do marechal Costa e Silva. A 9 de setembro, cinco dias depois do sequestro do embaixador americano, foi divulgado o AI 14, que alterava o parágrafo 11 do artigo 150 da Constituição Federal, estendendo a pena de morte e a de prisão perpétua aos casos de guerra psicológica adversa e de guerra revolucionária ou subversiva, definidas na Lei de Segurança Nacional.

Cumprindo a determinação de que a sua passagem pelo poder seria transitória, a Junta Militar anunciou, no dia 8 de outubro, que o general Emílio Garrastazu Médici havia sido escolhido candidato à sucessão do marechal Costa e Silva. A seguir, o Congresso foi convocado

ao funcionamento e, no dia 25 do mesmo mês, elegia por 293 votos e 76 abstenções o novo presidente, que tinha como companheiro de chapa o almirante Augusto Rademaker, o primeiro militar a ocupar a Vice-presidência, isto porque os chefes militares impediram que Pedro Aleixo substituísse o marechal Costa e Silva no Palácio do Planalto.

Os acontecimentos políticos fizeram com que as diretrizes econômicas do segundo Governo da Revolução aparecessem em segundo plano, embora fossem tomadas algumas medidas destinadas a aliviar a tensão social. Na Administração Costa e Silva foram dados os primeiros passos para a implantação da reforma agrária e a Sunab chegou a congelar por cinco dias os preços cobrados a 31 de dezembro por bares, restaurantes, cinemas, hotéis, hospitais, cabeleireiros, barbearias e tinturarias.

O dragão da maldade contra o santo guerreiro, de Glauber Rocha, faz sucesso em Paris. Surge o semanário *O Pasquim*, que em poucos meses passa a vender 230 mil exemplares.

1970

O presidente Médici inaugura o ano prometendo “o jogo da verdade”. “Reitero que todo brasileiro tem direito de fazer oposição ao Governo; considero imprescindível ao bom funcionamento do regime a existência de opositores. Por isso mesmo não serei hostil aos que de mim discordarem. No meu Governo não haverá coação por motivos puramente políticos”, foi o que disse o novo governante. Era importante para o sistema alimentar a imagem de paz, otimismo e realizações. O presidente Médici transforma-se no símbolo do Brasil Grande, aproveitando-se de alguns sucessos heterogêneos, como a conquista do tricampeonato mundial de futebol, a vitória eleitoral da Arena, o debilitamento das atividades terroristas com a morte, em São Paulo, de Joaquim Câmara Ferreira, “O Velho”, que substituíra Carlos Marighela na direção da ALN. Surgem também as primeiras insinuações dos projetos-impacto, como a Rodovia Transamazônica e o Decreto das 200 milhas.

Politicamente, entretanto, o ano foi marcado por contradições. Os políticos continuaram marginalizados; o Executivo concentrava cada vez mais o poder em suas mãos; a censura continuava rígida contra os jornais e as mais diversas manifestações artísticas. Os fatos políticos, contudo, eram marginalizados pelos dados econômicos do ministro da Fazenda, Delfim Netto. No final do ano ele anunciava o crescimento do PIB em mais de 9%; a taxa de inflação abaixo de 20%; receitas de exportação totais de mercadorias de 2,7 bilhões de dólares, dos quais 430 milhões em manufaturados; e um nível de reservas cambiais da ordem de 1.2 bilhão de dólares.

Mas o ano marca também o reconhecimento do presidente de que as normas das diretrizes econômicas tendiam a uma concentração de renda, em prejuízo das classes assalariadas. “A economia vai bem, mas o povo vai mal”, diria Médici depois de uma viagem ao Nordeste, onde um batalhão de quase 2 milhões de flagelados ameaçava invadir cidades e saquear o comércio. De sua viagem resultou o aceleração dos projetos de construção da Transamazônica, que absorvia naquele ano mais de 500 mil nordestinos famintos, divididos em cerca de 150 frentes de trabalho, percebendo o salário de 2 cruzeiros por dia. A partir de junho, com a inteligente participação da AERP – Assessoria Especial de Relações Públicas da Presidência da República

– começam a lançar-se os chamados projetos-impacto. Em agosto, após a conquista da Copa do Mundo pela seleção de futebol do Brasil, quando se lançam os *slogans* “Ninguém segura este país”, “Brasil, ame-o ou deixe-o”, anuncia-se a criação do PIS – Programa de Integração Social, o PIN – Programa de Integração Nacional, o Mobral – Movimento Brasileiro de Alfabetização e mais o “Plano de Metas Básicas do Governo”, resumidos em 230 projetos prioritários. No final do ano o jogador Pelé fazia seu milésimo gol, no Maracanã, GB, numa partida entre o Santos e o Vasco da Gama.

Falou-se o ano todo em abertura política, mas ela não veio. O Governo explicava que havia necessidade da manutenção das medidas de exceção, em função da ação terrorista. Três sequestros de personalidades importantes abalaram o país. Em março o do cônsul japonês em São Paulo, trocado por cinco presos políticos; em junho, na Guanabara, o do embaixador da República Federal da Alemanha, Ehrenfried Von Holleben, trocado por quarenta presos políticos; e em dezembro, também na Guanabara, o do embaixador suíço, Giovanni Enrico Bucher. Diversos aviões brasileiros de carreira internacional e doméstica foram desviados para Cuba e, com a morte de Joaquim Câmara Ferreira, falava-se cada vez mais na caçada ao ex-capitão Carlos Lamarca que tentava reorganizar o movimento terrorista, abalado por grandes quedas, principalmente em São Paulo, Guanabara e Belo Horizonte. Desde que fora instituída a nova Lei de Segurança, em 9 de dezembro era condenado, na primeira aplicação da pena, à prisão perpétua, no Recife, o terrorista Rholine Sonde Cavalcanti.

Foi o ano de início da efêmera corrida às bolsas de valores, beneficiadas por uma intensa propaganda oficial e por uma série de incentivos governamentais. A classe média, entusiasmada com a possibilidade de ganhar dinheiro fácil, passou a comprar “carnês” de investimento no mercado de capitais. Paralelamente, a Caixa Econômica Federal anunciava o financiamento de bens de consumo duráveis de fabricação nacional, até o preço unitário de 25 salários mínimos (46.675 cruzeiros). Em setembro, a Bolsa de Valores do Rio de Janeiro voltou a bater todos os seus recordes, ao registrar o maior volume de operações – 19,5 milhões de cruzeiros –, com o índice BV médio situando-se em 1.148 pontos.

Cientistas brasileiros passaram também por maus momentos. Dez deles, do Instituto Oswaldo Cruz, foram aposentados pelo AI-5. No mesmo ano a Fundação Nacional de Ciência dos EUA dizia que em 1970 o Brasil fora o segundo exportador latino-americano de cientistas para território americano. O “esquadrão da morte” nunca esteve tão ativo, como em São Paulo e Guanabara, sendo atribuídos a ele, pelo promotor Hélio Bicudo (depois afastado do cargo pelo governador paulista), mais de cem assassinios nos últimos dois anos. O delegado Sérgio Paranhos Fleury, que comandara a ação policial que resultou nas mortes de Carlos Marighela e Joaquim Câmara Ferreira, foi indiciado como um dos chefes do “esquadrão” paulista.

Nas artes plásticas o ano marcou a última manifestação radical dos chamados “vanguardistas”, com a montagem em Belo Horizonte de uma exposição diferente, *Do corpo à terra*. Era a chamada “arte-guerrilheira”, fora das galerias e dirigida por Hélio Oiticica e Lygia Clark, patrocinada pela Hidrominas, uma empresa de economia mista do Governo mineiro. No cinema foram realizadas 112 produções, algumas delas permanecendo inéditas, graças à ação da censura ou à falta de mercado exibidor.

Asilo muito louco, de Nelson Pereira dos Santos, *Os herdeiros*, de Carlos Diegues, e *Marcelo Zona Sul* constituíram destaques.

Em 1970 a Igreja viveu seus dias mais tensos com o Estado. A CNBB, em documento público, denunciou a violência policial contra presos políticos.

1971

Foi um ano de grande expansão para a economia brasileira: aumento do PIB em 11%, situando-se em torno de 40 bilhões de dólares; a renda *per capita* saltava para 430 dólares e as reservas cambiais atingiam 1,6 bilhão de dólares. A euforia aumentara com os altos lucros obtidos nas bolsas de valores do Rio de Janeiro e São Paulo, onde as ações do Banco do Brasil chegaram a ser cotadas a 57,20 cruzeiros. Foi constituído em Londres o Eurobraz – European Brazilian Bank, um banco multinacional com aplicações prioritariamente orientadas para a América Latina; ampliam-se os incentivos fiscais para as exportações de veículos, autopeças e motores, dando-se também ênfase à formação dos conglomerados financeiros e industriais. Em setembro o presidente Médici entrega ao Congresso seu 1º Plano Nacional de Desenvolvimento, estabelecendo bases para a integração nacional e visando, principalmente, a desenvolver o Nordeste e conquistar a Amazônia, “a fim de que o país possa valer-se convenientemente de seus recursos humanos e da sua dimensão continental e traçar as linhas para a integração social”.

Mais de cem peças teatrais, entretanto, estavam oficialmente proibidas; cerca de trinta filmes que se encontravam desde 1968 na Censura Federal continuavam interditados; 61 músicas não podiam ser executadas; “posters” e gravuras exóticos e “subversivos” foram retirados de bares e restaurantes. Surgiu a polêmica sobre o “vazio cultural”. Para Glauber Rocha, “o AI-5 paralisou tudo: Cinema Novo, teatro, música, tropicalismo”. O diretor de teatro Augusto Boal, contudo, tinha outra opinião: “Pode ser que exista o vazio cultural, mas as gavetas dos censores não estão vazias; esvaziem-se as gavetas dos censores e se encherá o vazio cultural que alguns sentem”. O cearense Geová Lemos Cavalcanti, chefe do Serviço de Censura e Diversões Públicas da Polícia Federal, explicava, a seguir, que “a dissolução da moral é uma tática revolucionária”, tirando de seus conhecimentos históricos a interpretação de que “quando se quis fazer uma revolução na China, uma das táticas foi introduzir o ópio para entorpecer a mente da população”. Tudo isto fez com que 50% dos livros editados no Brasil fossem estrangeiros e 50% da música importada, principalmente do mercado americano, propiciando o fortalecimento das manifestações de *underground*, cultura marginal ou contracultura, que tinha seus expoentes em Rogério Sganzerla, Júlio Bressane, Luiz Carlos Maciel e Macalé.

O Brasil tornou-se o segundo país do mundo a importar filmes estrangeiros. O primeiro era Singapura. Falava-se, então, na necessidade de criar uma indústria cinematográfica, em moldes modernos, logo contestada por Leon Hirszman (*A falecida garota de Ipanema*): “Esse processo no Brasil vai cair no vazio em face da política de restrição à liberdade de expressão”. Foi o ano em que a literatura procurou motivações em autores latino-americanos. Descobre-se Julio Cortazar, escritor argentino radicado em Paris. Dois de seus livros mais importantes (*Os prêmios* e *O jogo da amarelinha*) são editados. Mas é o ano da explosão de Gabriel García Marquez, com *Cem anos de solidão*.

Nas artes plásticas surgem os “Domingos da criação”, nos jardins do Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro. Dizia-se que era “um movimento contra o consumo estereotipado” e objetivava provar que: a) toda e qualquer matéria, até mesmo o lixo, pode servir à realização de trabalho de arte; e b) toda pessoa é inatamente criadora, podendo exercitar seu espírito criador se for motivada para isso.

Do Palácio do Planalto saiu o discutido “decreto secreto” – Regulamento para Salvaguarda de Assuntos Sigilosos. “A meu ver o Decreto 69.534 é uma singularidade no direito brasileiro; não sei como se obedecerá a uma lei, a um decreto, a um regulamento, que todos devem ignorar”, foi o comentário do deputado Pedroso Horta (MDB-SP). Em termos políticos, à exceção da posse de 21 governadores indicados pessoalmente pelo presidente Médici e da criação do “grupo dos autênticos”, dentro do MDB, o ano foi apenas de declarações tímidas. Para motivar o eleitorado de Minas Gerais, o deputado Jorge Ferraz propôs até transformar os comícios em grandes e alegres espetáculos, com artistas populares como os cantores Valdick Soriano, Aguinaldo Timóteo e Ângela Maria. O deputado Oscar Pedroso Horta assume a liderança da bancada do MDB na Câmara Federal; o ex-vice-presidente Pedro Aleixo oficializa o lançamento de um terceiro partido, o PDR – Partido Democrático Republicano; Filinto Müller é escolhido para presidente da Arena; e ao meio de uma minicrise militar é demitido do Ministério da Aeronáutica o marechal do Ar Márcio de Souza Melo, substituído pelo brigadeiro Araripe Macedo.

O movimento terrorista, em crescente descenso desde o ano anterior, fica definitivamente desbaratado com a morte em setembro do ex-capitão Carlos Lamarca e de seu acompanhante José Campos Barreto, o “Jesse”, no município baiano de Ipupiara, depois de diligências que envolveram quatrocentos homens da polícia e do exército. Como curiosidade, começam a surgir no Rio e em São Paulo os salões de cabeleireiros só para homem, com tratamento de pele, aplicações de *bobbies* e o uso de secador. Roland Buchalla, um dos famosos cabeleireiros, explicava que “acabou o complexo de machão do brasileiro”, embora seu salão aplicasse peruca de pelo no peito “para dar beleza máscula”.

Foi instituído o ensino de Moral e Civismo nos estabelecimentos educacionais do país, considerado uma das mais importantes iniciativas da Revolução no campo psicossocial; surgiu a lei da não divulgação das discussões no Conselho de Direitos Humanos; e Pelé, a figura de primeira grandeza na promoção oficial sem as homenagens do Governo, dá seu adeus à seleção brasileira de futebol.

1972

Foi o ano do sesquicentenário da Independência e uma nova expressão surgiu no vocabulário econômico brasileiro: distribuição de renda. No mercado de capitais, embora com diversas medidas de emergência tomadas pelo Ministério da Fazenda, foi um ano sem vitórias. O índice BV da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro recuara 49,9%, deixando sem entusiasmo muitos dos investidores. Mas dois novos fenômenos surgiam no país: Emerson Fittipaldi – brasileiro, que, correndo na Fórmula-1 sob a bandeira de uma firma de cigarro inglesa, levantava o campeonato mundial de automobilismo – e a febre do jogo de xadrez.

O Brasil passou a ser visto com grande interesse por financistas internacionais. Rodman Rockefeller, filho de Nelson Rockefeller, esteve em Brasília conversando com o presidente Médici. Disse na ocasião que “as companhias americanas e europeias estão interessadas em participar do grande crescimento econômico verificado no Brasil, que, juntamente com o Japão, é o país que mais cresce no mundo em termos econômicos”. No teatro, o Grupo Oficina iniciava uma nova experiência com *Gracias, Señor*, de José Celso Martinez. “As transformações sociais pelas quais está passando o Brasil serão melhor percebidas pelos indivíduos através do contato direto entre indivíduos”, dizia seu programa distribuído no Teatro João Caetano, da Guanabara.

O problema da sucessão começava a insinuar-se nos meios civis e militares. De Minas Gerais, entretanto, vem uma advertência. Em visita à Assembleia Legislativa daquele Estado, o general Ariel Pacca da Fonseca, comandante da IV Região Militar, de Juiz de Fora, garantiu que as Forças Armadas tinham convicção democrática, que não aceitariam ditaduras de esquerda e de direita, e que “o Brasil não aceita nem o imperialismo econômico dos EUA, nem a ditadura ideológica do comunismo”. Dias antes anunciara-se a designação do coronel Miguel Pereira Manso Neto para o cargo de adido militar na Suíça. Ele era da assessoria especial da Presidência.

Retornaram ao Brasil Caetano Veloso, Gilberto Gil e Chico Buarque de Hollanda, mas na Índia morria num desastre de avião a atriz ipanemense Leila Diniz. Na música foi o ano de “Construção” (Chico Buarque), “Asa Branca” (reinterpretada por Caetano Veloso), “Expresso 2222” e “O sonho acabou” (Gilberto Gil), “Festa para um rei negro” de Zuzuca, da Escola de Samba do Salgueiro. Gal Costa e Gilberto Gil revivem os momentos dos grandes *shows* com *Até 73*, com três apresentações no Rio de Janeiro e três em São Paulo. Para o teatro, apesar da censura, não foi um ano dos piores. Além de *Gracias, Señor*, destacaram-se *Doroteia vai à guerra*, de Carlos Alberto Ratton, *Capital Federal*, de Arthur Azevedo, dirigido por Flávio Rangel, *O interrogatório*, de Peter Weiss, dirigido por José Celso, e *Em família* de Oduvaldo Vianna Filho. No cinema foi o ano de *Os inconfidentes*, de Joaquim Pedro de Andrade, e *Independência ou morte*, de Carlos Coimbra.

Paralelamente às comemorações do sesquicentenário da Independência, que trouxeram ao Brasil os despojos de Dom Pedro e o presidente português Américo Thomaz, comemorou-se, muito timidamente em consequência da censura federal, o cinquentenário da Semana de Arte Moderna de 1922, que lançou o modernismo no Brasil. Carlos Vergara teve sua exposição impedida pela polícia no Museu de Arte Moderna, da Guanabara. Nela ele realizava novas experiências com projeções de audiovisuais e “super-8”. Foi inaugurado o sistema de televisão em cores.

Medidas surpreendentes afetaram círculos políticos e financeiros. Foram afastados os presidentes das bolsas de valores do Rio de Janeiro, Marcelo Leite Barbosa, o de São Paulo, João Osório de Oliveira Germano. No Paraná, era deposto, sob acusação de corrupção, o governador Haroldo Leon Perez. A morte de Milton Campos motivou muitos pronunciamentos políticos em favor do retorno à legalidade democrática. E os membros da OAB, Ordem dos Advogados do Brasil, decidiram permanecer no Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, sob a justificativa de que, mesmo com a proibição de divulgar o resultado de suas sessões, constituiria uma forma de zelar pela integridade dos presos políticos.

Alguns acertos na política continental trouxeram ao Brasil o presidente argentino, general Alejandro Lanusse. Discutiu-se o problema da hidrelétrica de Itaipu e o comércio entre os dois países.

Diversas medidas foram tomadas para repetir o *boom* nas bolsas de valores. Todas elas em vão. O Governo preocupou-se com a comercialização da produção nos mercados interno e externo. A Caixa Econômica anunciou a redução de 10% nas taxas de juro para financiamento de veículos em até 24 meses e de eletrodomésticos em até dezoito meses. O presidente Médici isentou do IPI cerca de duas dezenas de alimentos beneficiados, o que representava um alívio de 4% a 10% nos gêneros de primeira necessidade. Como abertura para o comércio exterior, anunciou-se a criação das *trading companies* com recomendação de que grupos estrangeiros não participassem com mais de 30% de seus capitais. O presidente Médici assinou também decreto que permite a conjuntos industriais completos serem transferidos para o Brasil, desde que coloquem parte de sua produção no mercado interno mas conquistem novos mercados externos para os produtos industriais brasileiros. Em dezembro, pela Portaria 304, Delfim Netto concedia outros estímulos fiscais às exportações de produtos manufaturados. Havia, entretanto, uma contradição no sistema econômico. Ao mesmo tempo que precisava de divisas para incentivar a industrialização policiava a entrada de dólares com vistas ao equilíbrio do processo inflacionário. Em outubro o Conselho Monetário Nacional decidiu estabelecer um depósito compulsório de 25% nos empréstimos em moedas estrangeiras, encarecendo o dinheiro no mercado interno de capitais. Ao mesmo tempo, o *Time*, de Londres, destacava, em suplemento especial, que o Brasil se estava transformando “em meca para o capital internacional”.

Coroando os festejos do sesquicentenário, a seleção de futebol do Brasil ganhou a Minicopa do Mundo, com jogos em diversas capitais brasileiras. A Arena, nas eleições municipais, elegeu mais de 80% dos prefeitos e vereadores.

1973

Neste ano venceu a inflação. E confirmou-se o que os jornalistas políticos sabiam desde 1972: a designação do general Ernesto Geisel para a sucessão do presidente Médici. A música popular sofreu uma perda irreparável: Pixinguinha, aos 74 anos de idade, é vitimado por uma crise cardíaca na Igreja de Nossa Senhora da Paz, em Ipanema, e morre poucos minutos antes do batismo do filho de um amigo seu. Outra perda lamentável foi a de Raul Pilla. Desde 1966 ele estava afastado da vida política, alegando que não tinha “como continuar representando a melancólica farsa da representação neste regime”. No futebol, quase se chegou a um sério conflito entre a imprensa e a seleção brasileira. Os jornalistas foram chamados de impatrióticos, mas logo depois foi retificada a acusação, por interferência da direção da CBD.

Neste ano também venceu a especulação. Voltaram as filas nas portas de açougues e supermercados, coisa que não se via desde 1964. Plantou-se muita soja, mas importou-se feijão e até carne. As diversas manobras e ameaças do Governo Federal não conseguiram baixar o preço do leite. Para baratear a carne (o que não conseguiu), o Ministério da Fazenda adotou três medidas drásticas: reduziu os créditos aos pecuaristas; aplicou confisco equivalente a 200 dólares por tonelada exportada e reduziu em 40% as cotas de exportação. De tudo isso resultou o pedido de exoneração do ministro da Agricultura, Cirne Lima, que deixou o cargo criando uma nova palavra –aético – e acusando a atual política econômica de favorecimento às empresas multinacionais.

A escolha do general Geisel e do general Adalberto Pereira dos Santos para presidente e vice-presidente da República, respectivamente, pouco alterou o panorama político de 1973. Dentro do MDB ocorreram diversas discussões sobre o problema sucessório. Voltou-se a falar na dissolução do partido; na sua não participação nas eleições presidenciais indiretas ou na participação como forma de denúncia. Acabou prevalecendo a opinião da direção nacional, com a indicação do deputado Ulysses Guimarães e do professor Barbosa Lima Sobrinho como adversários da chapa Geisel – Adalberto. Muitos fatos concorreram para retardar o processo de sucessão presidencial. Dentre eles a viagem do general Médici a Portugal, onde assinou diversos protocolos, regulamentando a formação de uma comunidade “lusobrasileira”. Outro foi a morte do senador Filinto Müller, presidente da Arena, num desastre de avião perto do aeroporto de Orly, em Paris. Também teve influência o fato de o Governo achar que as discussões políticas poderiam reativar velhas divergências e prejudicar os objetivos de seu sistema econômico-financeiro.

Novos conflitos iriam surgir entre a Igreja e o Estado. Os bispos Pedro Casaldaliga (prelazia de São Félix do Araguaia, MT), Tomás Balduino (Goiás Velho, GO), Cândido Padim (Bauru, SP), Estevam Avelar (Marabá, PA) e Antônio Fragoso, no auditório do Teatro da Universidade Católica de São Paulo, denunciaram “a violência policial contra padres e freiras” de suas prelazias ou dioceses, lamentaram o massacre de índios e criticaram o Governo “diante do estado de miséria de muitas regiões do Norte e do Nordeste”. Tal ato correspondia a uma censura aos participantes da XIII Assembleia Geral da CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, também em São Paulo, que evitaram abordar problemas políticos, econômicos e sociais, restringindo-se à ação pastoral da Igreja.

Quase no anonimato os parlamentares comemoraram os 150 anos do Congresso. Em maio, depois de reunir inúmeras provas sobre censura à imprensa, o deputado Ulysses Guimarães pediu que o ministro da Justiça, Alfredo Buzaid, fosse à Câmara prestar esclarecimentos. Mas o ministro não foi. O Executivo teve por norma não permitir a interpelação de seus ministros pelo poder Legislativo.

Na política exterior, o Governo Federal obteve vários sucessos. Com o Paraguai, mesmo contrariando a posição argentina, assinaram-se os convênios para a construção da hidrelétrica de Itaipu; diversos acordos foram firmados com a Bolívia para a exploração dos minérios de Mutum e a construção de uma siderúrgica, em troca da aquisição de gás; importantes contratos petrolíferos foram assinados com a Colômbia, e o Brasil passou a exportador de manufaturados para a maioria dos países da América Latina. Tentou-se também a abertura comercial com países da África e do Oriente Médio, com ênfase para a prospecção de petróleo.

A cultura, como nos três últimos anos, ficou à parte da euforia nacional. O filme brasileiro de maior expressão foi *São Bernardo*, de Leon Hirszman. Surge então o público estudantil para os compositores e cantores de vanguarda. E pelos chamados circuitos universitários apresentam-se Vinícius de Moraes, Chico Buarque de Hollanda, Paulinho da Viola, Nara Leão, Gilberto Gil e outros. A música popular também perde Monsueto. Em Belo Horizonte realiza-se uma experiência ousada com *O relatório Kinsey* (ou *Olhe que tem nós na cama*), encenada no Teatro do Senac. Durante mais de duas horas e em dez capítulos, fala-se de assuntos até então considerados tabus pela plateia mineira, como puberdade, carícias, homossexualidade etc.

Na literatura, Jorge Amado lança *Tereza Batista cansada de guerra*. E no teatro Chico Buarque não consegue encenar *Calabar*.

“Assim se passaram dez anos”. *Visão*, “Cronologia”, vol. 44, n. 5, pp. 37-52, 11 mar. 1974.

Da ilusão do poder a uma nova esperança

Visão, 11 mar. 1974

Cultura

Ao contrário da economia e tanto quanto a política, a cultura brasileira viveu nesses dez anos alguns de seus momentos mais dramáticos e sofridos. Caminhando da onipotência à impotência, do choque à apatia, dividida entre os apelos fáceis do conformismo e o seu compromisso crítico, a criação intelectual atraiu ódios e suspeitas, e mergulhou no vazio e na fossa. Agora, amadurecida pelo sofrimento, busca de novo a vontade, abre-se ao diálogo e alimenta-se de uma esperança: a de que a liberdade tantas vezes invocada lhe seja restituída: não como um favor concedido, mas como direito adquirido, como atributo natural do pensamento.

A perda da ilusão

Generosa e ingênua, a arte até 1964 queria transformar tudo: povo, poder e realidade. Era onipotente.

Dezembro de 1964. Uma moça da Zona Sul do Rio, um preto carioca e outro nordestino subiam a um tablado do inacabado Teatro de Arena da Rua Siqueira Campos, em Copacabana, para apresentar um *show* surpreendente sob vários aspectos, a começar pelo título, *Opinião*, algo que experimentava, já então, a intensa procura dos tempos de escassez. Para o público, tanto quanto para os autores (Oduvaldo Vianna Filho, Armando Costa e Paulo Pontes) e intérpretes, tratava-se de uma resposta, com nove meses de atraso, ao que acontecera no último dia de março e no primeiro dia de abril. Nara Leão, o sambista Zé Kéti, o cantador João do Vale – ela, a musa da Bossa Nova; eles, até então quase desconhecidos – propunham-se aparentemente apenas contar suas vidas. Embora o repertório fosse variado, indo do contestador americano Pete Segers a anônimos cantadores nordestinos, duas músicas em especial empolgavam a plateia que superlotava o teatro todas as noites. Na primeira, *Opinião*, Zé Kéti, a pretexto de exaltar sua fidelidade à favela, da qual não queria sair, cantava: “Podem me prender,/ podem me bater/ que eu não mudo de opinião”. Na segunda, pela voz de Nara, e depois de Maria Bethânia, João do Vale narrava as aventuras de um pássaro malvado e voraz lá do sertão, o carcará, que não morre de fome porque com seu “bico volteado que nem gavião, pega, mata e come”. Por todo o *show*, a mensagem real estava em partes e não no todo de cada fala ou canção. Para apreendê-la, era preciso isolar essas partes, penetrar nas entrelinhas e adivinhar intenções. Nesse sentido, *Opinião* foi então a primeira aula dada ao público sobre como reaprender a ler certas obras de arte, ensinamento extremamente útil nos dez anos que se seguiram. O clima, na plateia compacta, ensopada de suor e envolvida pelas paredes de concreto, era de catarse e sublimação. Vivia-se a sensação de uma vitória que tinha sido impossível lá fora.

Com toda a novidade de sua proposta cultural, *Opinião* carregava o peso de um passado próximo, em que, nas palavras do dramaturgo Oduvaldo Vianna Filho, “os intelectuais olhavam no olho a tragédia de seu país”, um passado recente, cujas raízes teóricas estavam no ISEB – Instituto Superior de Estudos Brasileiros, era constituído sobretudo pelo CPC da UNE – Centro Popular de Cultura da União Nacional dos Estudantes e o MCP, Movimento de Cultura Popular, de Recife. Seu objetivo era levar aos sindicatos e associações de favela informações sociais e políticas em forma de pequenos autos e peças-relâmpago.

“Nós trabalhávamos nos sindicatos em condições realmente utópicas”, recorda Vianna. “Era quase como fruir o prazer da existência daquela atmosfera particular. A capacidade de nos dedicarmos ao trabalho proposto era quase mais importante do que os resultados concretos.”

O caminho que levou tantos intelectuais a essa atividade militante passa inevitavelmente por uma reflexão sobre a realidade brasileira. Para o poeta e jornalista Ferreira Gullar, que teve intensa participação na vida cultural anterior e imediatamente posterior a 1964 (foi um dos promotores do *show Opinião* e diretor do Teatro de Arena), a realidade “rompia as formas, pondo à mostra o caráter político, interessado, dos valores sociais”. Por isso passou-se a contestar com tanto empenho as formas e critérios culturais em vigor. “Com o radicalismo próprio das crises, uma parte da intelectualidade decidiu abandonar o campo tradicional da arte consumida por uma minoria e voltar-se para as grandes massas populares. E essa arte, em vista dos próprios fatores que a determinavam, tinha de ser uma arte política.”

O Centro Popular de Cultura atuava coordenadamente com os “comandos” do ISEB, que chegara ao ativismo através de uma evolução acidentada e relativamente lenta. Articulado antes do suicídio de Getúlio Vargas, o ISEB nasceu em 1955, por decreto do presidente Café Filho.

Em 1958 sobreveio a crise interna que marcaria os seus passos seguintes: a chamada linha ideológica terminou por superar a corrente partidária da renúncia à expectativa do poder. Um importante grupo de fundadores afastou-se e o instituto iniciou uma linha de intensa militância prática, buscando diálogo com os operários e estudantes. Foi erguida a bandeira do nacionalismo. “Nada ocorrerá mais sem a participação do povo”, proclamava o professor e general Nelson Werneck Sodré na aula inaugural do curso regular de 1959. Para ele, a nova composição social incluía “uma burguesia capaz de realizar-se como classe” e que começava “a compreender que a sua oportunidade é agora ou nunca”. A classe média parecia-lhe “atenta e ideologicamente receptiva ao clamor que se levanta do fundo da história”.

A grande aproximação com os setores da aliança trabalhista-sindical, expressa, entre outras, pela liderança do deputado Leonel Brizola, data de 1962, quando Álvaro Vieira Pinto era diretor do ISEB. Por todo esse tempo, o instituto produziu e divulgou uma importante obra teórica. Entre muitos títulos de livros, nasceram ali as *Perspectivas da economia brasileira*, primeira formulação de Celso Furtado sobre os problemas do Nordeste; *Consciência e realidade nacional*, extenso e clássico estudo de Álvaro Vieira Pinto; *Dualidade básica da economia brasileira*, de Inácio Rangel. E, em período anterior, *Condições institucionais do desenvolvimento*, de Hélio Jaguaribe.

Paralelamente à atividade editorial febril do ISEB, a Editora Civilização Brasileira, também por volta de 1963, registrava recordes imprevistos. Três cadernos de poesia militante, na maioria de autores pouco conhecidos do público, a subsérie *Violões de rua*, da coleção “Cadernos do Povo”, esgotou edições sucessivas. O primeiro dos volumes chegou a vender cerca de 40 mil exemplares, segundo o editor Ênio Silveira.

Os grandes erros

Em determinado momento, parecia que estava prestes a superar-se a distância tradicional entre a cultura elaborada e a cultura popular. Muitos intelectuais julgavam-se respaldados por uma espécie de procuração aberta passada por todos os brasileiros. Evidentemente, enganavam-se. Mas não foi esse o único erro. Como diz Oduvaldo Vianna: “Qualquer trabalho de profundidade cultural, de horizontalização dos frutos culturais, exige em primeiro lugar continuidade, e essa continuidade para nós praticamente não existia. Eu, por exemplo, acho que realizei espetáculos teatrais em quase todas as favelas do Rio; mas devo ter realizado apenas um ou dois em cada uma”.

O CPC da UNE e o MCP do Recife tinham o mesmo objetivo, mas este último, como contava com o apoio do Governo Miguel Arraes, lançou-se também, além dos espetáculos inspirados em temas, canções e formas dramáticas da tradição nordestina, a um ambicioso projeto de alfabetização, do qual surgiria um método hoje aplicado em várias regiões do Terceiro Mundo: o método Paulo Freire de alfabetização de massa. A maioria das pequenas peças escritas nessa época perdeu-se. Entre as que sobreviveram está o *Auto dos 99%*, do CPC-UNE, que depois de muitas montagens foi gravado em disco (hoje restam alguns exemplares. A maioria se queimou no incêndio do prédio da UNE, a 1º de abril de 1964). Também documentada está a “Canção do subdesenvolvido”, espécie de hino de protesto bem feito e bem humorado (“Mas um dia o gigante despertou/ deixou de ser gigante adormecido/ e dele um anão se levantou/ e um país subdesenvolvido/ subdesenvolvido”). Do CPC criaram-se volantes, e iniciativas similares surgiram por todo o país. As peças mais representativas desse período foram *Incelença*, do MCP do Recife; *Bumba-meu-boi*, do CPC de Salvador; *Brasil, versão brasileira*, do CPC do Rio; e *Ripiô-lacraia*, montada pelo Teatro Nacional de Comédias, do Rio, em 1964. Para o diretor de teatro Fernando Peixoto, por muito tempo integrante do Teatro Oficina, de São Paulo, a experiência não se perdeu: “Muita coisa do que se faz atualmente em alguns países do continente tem semelhança com o que faziam o CPC e o MCP”.

Em busca do povo

A efervescência artística dessa época descobriu também a forma dos cantadores de feira do Nordeste e lançou mensagens no estilo de literatura de cordel: *João Boa-Morte, cabra marcado pra morrer, Zé Fominha, A Mulher do coronel, Quem matou Aparecida, História de uma favelada que ateou fogo às vestes*. Por outro lado os livros começaram a ser vendidos nas escolas e bancas de jornais, enquanto o Ministério da Educação publicava a polêmica *História nova*, propondo a reinterpretação da História do Brasil. Editava-se também a *Revista Civilização Brasileira*, que até hoje surpreende pela tiragem. “Jean Paul Sartre”, conta Enio Silveira, “certa vez maravilhou-se com a tiragem de 40 mil exemplares de nossa revista de cultura, em formato de livro, com trezentas a quatrocentas páginas em cada número, contendo ensaios de sociologia, economia e política.”

Também em outros setores a criação foi intensa no período pré-64: o filme e a canção ocupariam um plano destacado no movimento cultural. Já antes, em 1962, em *Cinco vezes favela*, filme de episódios, os favelados apareciam não como massa nem como um bando folclórico e

alegre, mas como protagonistas de dramas amargos. *Porto das Caixas*, de Paulo César Saraceni, exibira uma visão de miséria e de um mundo sem perspectivas, incômoda para a maioria dos espectadores, acostumados à contemplação sem problemas do cinema fantasista. Em 1963, *Vidas secas*, de Nelson Pereira dos Santos, baseado no romance de Graciliano Ramos, evidenciava a clara escolha de caminhos sociais pelo cinema. *Ganga Zumba*, de Carlos Diegues, *Garrincha, alegria do povo*, de Joaquim Pedro de Andrade, o documentário *Maioria absoluta*, de Leon Hirszman, e o filme-marco *Deus e o Diabo na terra do sol*, de Glauber Rocha, confirmariam a presença não de alguns novos cineastas, mas de toda uma geração disposta a enfrentar o desafio dos temas da realidade nacional.

Modificação similar processava-se no campo da música. A bossa nova nascera no período otimista do governo Kubitschek, como uma espécie de modernização da música popular brasileira. Com seu refinamento melódico e suas letras líricas, era, sem dúvida, uma expressão da classe média despreocupada. Ocupava o espaço vago dos boleros e dos *blues*, com uma certa finura e cor local; de qualquer maneira, ficava distante do samba de morro e da toada nordestina. A partir de 1962, o aparecimento de compositores como Geraldo Vandré, Carlos Lyra, Sérgio Ricardo, Edu Lobo, Vinícius de Moraes, Baden Powell e outros mudaria a situação. Quanto aos assuntos, a temática social ou política iria substituir o lirismo sem compromissos; quanto à forma haveria a recuperação da tradição afro e das cantigas do Nordeste, através, principalmente, do baião.

Esse movimento em direção ao ativismo participante só se tornou viável com o aparecimento da canção universitária. Até 1959, quando se realizou o festival da Faculdade de Arquitetura do Rio, os estudantes praticamente não faziam música no Brasil. Ali nasceu uma faixa intelectualizada e crítica de ouvintes. Assim como havia os moços que se dedicavam à arte pela arte, havia também, e bem mais ativos, os que estavam interessados em usar a música para “dizer coisas”.

Paixões frustradas

Muito desse clima e dessas paixões frustradas ao impacto dos acontecimentos de 1964 iria aflorar na catarse de *Opinião*. Para os que viviam intensamente aquele momento, no auge de uma politização cultural que se iria dolorosamente esvaziar nos anos que se seguiram, parecia impossível que uma grande parte da população, e mesmo da intelectualidade, permanecesse distraída às teses da contestação.

Onipotente, generosa, megalômana, a cultura, até 1964, alimentou a ilusão de que tudo dependia mais ou menos de sua ação: ela, consciente, participante, não só “conscientizaria o povo” como transformaria a sociedade, acabaria com as injustiças sociais, promoveria a igualdade, levantaria os oprimidos, dividiria as riquezas e acabaria com a pobreza. Sua ilusão ia durar pouco. Continuará a inocência.

A perda da inocência

Ousado e meio inconsciente do que provocava, o tropicalismo foi uma explosão.

Janeiro de 1968. Uma peça de Chico Buarque provocava no Teatro Princesa Isabel, do Rio, um dos maiores escândalos teatrais do pós-1964. Encenada por José Celso Martinez Corrêa, *Roda viva* era a história da ascensão e queda de um ídolo, alimentado por toda uma mitologia que é devolvida ao público em forma de autofagia: como numa paródia moderna de Cristo, o personagem principal, um cantor de televisão, servia um pedaço de fígado de boi cru que era espirrado na cara da plateia espantada, ofendida e agredida quase que fisicamente.

Em julho, o espetáculo foi levado para o Teatro Ruth Escobar, em São Paulo. Durante uma sessão ouviu-se um apito e, em seguida, um grupo de indivíduos armados de cassetetes e revólveres invadiu os camarins, espancou os artistas e depredou os cenários. Marília Pera, uma das atrizes, foi despida, esbofeteada e posta a correr na rua.

Um ano antes a peça de Oswald de Andrade, *O rei da vela*, encenada pelo mesmo José Celso, já provocara comoção e espanto – e uma irreversível abertura nas artes brasileiras. Era, como ele explicou então, “uma ruptura com todo um caminho da cultura brasileira diretamente comprometida com o Estado Novo e com os desenvolvimentismos posteriores”.

Os sinais da agressão

A nova realidade, muito mais complexa do que aparentemente se apresentou até 1964, parecia exigir novas formas e conteúdos de representação. Assim como o *show Opinião* tinha polarizado as tentativas anteriores de uma arte de protesto, foi também no palco que surgiram os sinais mais concretos de uma arte de agressão que em 1967-68 espalhou por todos os campos culturais novas cores, novas formas, novos sons e novas imagens: uma rumba misturando espanhol e português, Perez Prado e Nelson Gonçalves, “urubus passeando em festa”, um cano de revólver enfiado na boca de um homem ajoelhado, pintores transportando diretamente para a tela os objetos que deveriam pintar, bananas, abacaxis, Carmen Miranda, Chacrinha. Transe, paroxismo, antropofagia, o caos. Era o Tropicalismo, explosão de um processo que se desenvolvera ao longo dos quatro anos anteriores e que lançou estilhaços por todos os campos da arte de então. *Terra em transe*, de Glauber Rocha no cinema, *Tropicália*, de Caetano Veloso na música, as pinturas de Hélio Oiticica, *O rei da vela* e *Roda viva* no teatro foram expressões originais que chocaram pela exuberância formal.

Pelo escândalo e pela ousadia, o Tropicalismo foi uma reedição da Semana de Arte de 1922, da qual herdara não só Oswald de Andrade, mas a mesma insubmissão ingênua. Poucas vezes um movimento agitou e provocou tanto o panorama cultural. Um longo trajeto se fizera de 1964 a 1968 – do êxito quase impune de *Opinião* ao sucesso controvertido de *Roda viva*. No acidentado trajeto a arte percorreu vários caminhos: de busca do consumo, cada vez mais crescente, até um movimento pendular entre dois polos convergentes: alegoria e realismo críticos.

No teatro, enquanto o *show Opinião* cumpria sua carreira, o grupo Oficina, já um dos mais importantes, procurava uma identificação realista com o público através de um ciclo de textos de fortes conotações políticas – *Os pequenos burgueses* e *Os inimigos* de Máximo Gorki; *Andorra*, de Max Frisch, *A vida impressa em dólar*, de Clifford Odets. Nesse sentido, *Os pequenos burgueses* foi um espetáculo exemplar: somente no Rio atingiu setecentas representações, em sucessivas remontagens.

O Arena, por sua vez, mantinha-se absoluto na linha dos *shows* (em São Paulo, *Um americano em Brasília*, de Nelson Lins e Barros, Chico de Assis e Carlos Lyra; *Arena conta Bahia*, de Caetano e Gil; *Tempo de guerra*, com Bethânia, e finalmente *Arena conta Zumbi*, de Guarnieri e Augusto Boal, com música de Edu Lobo), disposto a descobrir, como disse na época Boal, “um caminho em meio ao caos e ao vazio súbitos”.

A vez dos estudantes

Abria-se um leque variado de opções teatrais. Muitos jovens, como Edu Lobo, Caetano, Gil, Chico Buarque (*Morte e vida severina*, que deu ao Teatro da Universidade Católica de São Paulo o prêmio mundial de teatro do Festival de Nancy, na França), começaram a trabalhar com diversos jovens (Boal, Silnei Siqueira, Paulo Afonso Grisoli) e atores pouco experientes. Dirigiam seus trabalhos, a uma plateia estudantil: nas apresentações de *Os pequenos burgueses*, no Rio, em 1965, 40% das entradas foram vendidas para estudantes, a preço especial. As preocupações sociais eram sufocantes; à medida que a censura crescia em rigor (em 1965 foram proibidas *O berço do herói*, de Dias Gomes, *Brasil pede passagem*, *show* com texto de Castro Alves e Sérgio Porto, *Berço esplêndido*, de Sérgio Porto, e mais três peças estrangeiras, Gorki, Brecht e Feideau, depois liberadas), o repertório, mais cauteloso, caminhava para incluir mais textos clássicos – *Antígona*, *Electra* – ou metáforas menos evidentes da situação do país, como em *Liberdade, liberdade*.

Em 1966, o grupo Opinião, depois de *A saída, onde está a saída* – uma colagem de textos –, lançou-se a uma criação entre o irônico e o desesperado: *Se correr o bicho pega, se ficar o bicho come*, de Oduvaldo Vianna Filho e Ferreira Gullar. A conciliação da comédia de costumes com a sátira política teria sequência com *Dr. Getúlio, sua vida e sua obra*.

Ainda em 1966, no mesmo ano em que o teatro do absurdo surge pesadamente nas fachadas dos teatros, aconteceu uma revelação. O diretor Paulo Grisoli trabalhou sobre o texto de uma velha comédia de costumes de Gastão Tojeiro, *Onde canta o sabiá*, para lançar uma crítica demolidora à duvidosa moral da classe média. Música e recursos de toda ordem marcaram os espetáculos do Teatro de Arena: *Arena conta Tiradentes* e, depois, *Feira paulista de opinião*. Plínio Marcos trilhava caminhos diferentes. Com *Dois perdidos numa noite suja* e *Navalha na carne*, trazia de volta, quase fotograficamente, a temática dos marginais urbanos que, em situação-limite, mostravam os tons patéticos do aniquilamento social.

A trajetória do cinema foi até certo ponto paralela à do teatro: luta e esperanças que, uma a uma, se foram esgotando.

A arte vai passando da crítica política à crítica moral

O Instituto Nacional do Cinema foi criado em fins de 1966, por decreto de Castello Branco, sem debates no Congresso ou consultas à classe cinematográfica. O improvisado caminho dos recursos próprios e dos subsídios locais parecia esgotar-se e o Cinema Novo ainda não havia conquistado as bilheteria. A resposta foi dada em dois campos: com tentativas de conciliação arte-indústria, em *Todas as mulheres do mundo*, de Domingos de Oliveira, ou no frustrado *Garota de Ipanema*, de Leon Hirszman; e, sem tão intrincadas teorias, em *Toda donzela tem um pai que é uma fera*, de Roberto Farias. *Todas as mulheres* foi o maior sucesso de público desde a chanchada: não falava de política ou de pobreza, tinha um final conciliante, mas trazia uma visão livre e arejada sobre sexo e amor. Feria o cinema novo numa de suas maiores fragilidades – um certo ascetismo que o impedia de recriar o amor-sexo. Do ponto de vista comercial, foi o deflagrador inconsciente do processo da comédia erótica.

A hora do protesto

Em linhas gerais, algumas correntes passaram da crítica diretamente política à crítica da moral e das visões do mundo, principalmente da alimentação, categoria favorita do período. Os cineastas rompem com sua análise muitas vezes abstrata de um povo que conhecem pouco, e saboreiam frutos mais próximos: daí uma série de filmes urbanos. Em 1965 estrearam *Opinião pública*, de Arnaldo Jabor, *A falecida*, de Leon Hirszman, *Desafio*, de Paulo César Saraceni, *São Paulo S.A.* de Luís Sérgio Person. No ano seguinte, entre outros, *A hora e a vez de Augusto Matraga*, de Roberto Santos, *O padre e a moça*, de Joaquim Pedro de Andrade, e *A grande cidade*, de Carlos Diegues. Com algumas obras notáveis, esse grupo, desenvolvendo temas e ideias propostas antes de 1964, marcharia até *Terra em transe*, em 1967.

No campo educacional, o período foi extremamente agitado. O Governo decretou a reforma do ensino superior, à qual se seguiriam mais tarde as do ensino primário e médio – mas isso não evitou os frequentes atritos entre estudantes e poder. A maior vítima, como instituição, talvez tenha sido a Universidade de Brasília. Criada segundo avançadas experiências internacionais de pedagogia e didática, para servir de modelo ao resto do país, a UnB foi muito visada. Atacada em abril de 1964, ela acabou sendo invadida em outubro de 1965, quando vários professores foram demitidos ou se demitiram em protesto contra o reitor I. aerte Ramos de Carvalho. A UnB viveria novo clima de intranquilidade em abril de 1967, quando teve outros enfrentamentos, e em agosto de 1968, quando um estudante levou um tiro na testa enquanto parlamentares da Arena e MDB testemunhavam a depredação de laboratórios pela polícia. Também em 1968, incidentes graves, envolvendo estudantes, se reproduziram no Rio e em São Paulo, repetindo no Brasil o movimento de contestação estudantil que se espalhava por todo o mundo.

Na literatura, o período imediatamente posterior ao movimento de 1964 assistiu ao fastígio da crônica, estimulada pelas atividades da Editora do Autor e da Editora Sabiá; a série de *Febeapás*, de Sérgio Porto, os diários de prisão ou os livros com depoimentos de antigos líderes políticos atingiram o máximo e logo decresceram nas vendas. No campo do ensaio, o luckacsianismo imperante por volta de 1964 começou a abrir caminho para os estruturalismos.

Da paz à guerra

Enquanto tudo isso se passava no teatro, no cinema e na literatura, o eixo da música popular brasileira se deslocava para São Paulo, de 1965 a 1968. O primeiro festival da TV Excelsior deu a vitória a “Arrastão”, de Vinícius e Edu Lobo, cantada por Elis Regina, que passaria a comandar depois *O Fino da Bossa*. Havia também na TV um programa especial para a chamada “juventude alienada”, com a Jovem Guarda (Roberto e Erasmo Carlos, Wanderléa, Golden Boys, Trio Esperança) e um precursor da nostalgia, *Bossaudade*, comandado por Elizeth Cardoso e Cyro Monteiro. A par disso, desenvolve-se uma guerra entre as “bossas”: passando de uma para outra, Jorge Ben chegou a comandar o programa de Elis na sua ausência; depois, na Jovem Guarda “do seu amigo Roberto Carlos”, seria responsabilizado pela invenção do “samba jovem”, fusão de iê-iê-iê com samba, que a pilantragem instituída tomaria mais tarde como arma para um êxito meteórico.

Na concorrência entre as TVs, a Record de São Paulo entra em cena, em 1966, contratando sua equipe de festivais, e Chico Buarque (“A banda”) e Geraldo Vandré (“Disparada”) venciam empatados um agitado festival.

No trajeto, a arte vai se esquecendo de um personagem.

O fim dos festivais

Até a descoberta, em “Roda viva”, das engrenagens que o assediavam (“A gente quer ter voz ativa, no nosso destino mandar/ mas eis que chega a roda viva/ e carrega o destino pra lá”), Chico Buarque cumpriu um caminho cauteloso. Ele vinha dos *shows* universitários da FAU e do Mackenzie para as *Primeiras audições*, *show* de estreantes do segundo time. Um dos seus primeiros sucessos foi a “Marcha para um dia de sol”, lírica e pacifista: “Eu quero tanto um dia/ o pobre e o rico/ andando mão em mão”. Dessa paz se armaria aos poucos a contestação e a amargura. Por duas vezes, nesse tempo, com “A banda” e “Sabiá”, Chico propusera esquemas alternativos para o ativismo político.

No III FIC – Festival Internacional da Canção, ele e Tom Jobim, com “Sabiá”, representavam a solução de compromisso e qualidade, diante das guitarras irreverentes do Grupo Baiano e do obstinado conservadorismo dos ex-universitários cantores do protesto. Sua vitória era certa, e era a paz. No entanto, travou-se a guerra. Banido das vanguardas e desacreditado como concorrente, Geraldo Vandré caminhou para o palco, com seu violão nu embaixo do braço. Era o tempo dos arranjos ricos e barulhentos que incorporavam as maiores conquistas técnicas da beatlemania. Mas o autor teve a ousadia de dispensar a orquestra para enfrentar, sozinho, 30 mil pessoas.

Sobre o tablado, ele colocou o pé numa banqueta, deu alguns acordes que se misturaram ao rumor indefinido das arquibancadas e começou a cantar: “Caminhando/ e cantando/ e seguindo a canção/ somos todos iguais/ braços dados ou não”. Era a referência às alas das passeatas. Vandré continuou: “Vem, vamos embora,/ que esperar não é saber/ Quem sabe faz a hora/ Não espera acontecer”. O silêncio pesava no estádio superlotado: as pessoas, apanhadas de surpresa, digeriam a ousadia da mensagem e mergulhavam no ritmo sereno da toada.

O protesto fazia-se voz solitária, a partir do subtítulo da canção – “Pra não dizer que não falei das flores”, quando todos falavam de *hippies* – e era um convite à solidariedade.

Num compacto artigo no *Correio da Manhã*, o coronel Octavio Costa, depois de analisar a música verso por verso, concluiu com um elogio à sua perfeição teórica e pragmática, e com um pedido de prisão para o cantor e compositor, por subversão. O artigo chamava-se “A sexta coluna”.

O gosto padrão

Os festivais chegavam ao fim do seu império, por esgotamento. A partir de então deixariam de lançar os maiores nomes da música brasileira contemporânea, como fizeram antes. Tinha passado o tempo em que Caetano Veloso e Gilberto Gil competiam em troca de Gordinis com Carlos Imperial nas gincanas de *Esta noite se improvisa*; como meninos, apressavam-se a apertar botões, propondo-se a lembrar letras, obedientes ao tema indicado pelo animador Blota Júnior. Caetano levava a melhor nos prêmios e em muito mais: com indiscutível memória para letras de canções antigas, despertou a simpatia do público.

Mais popular, apresentado em *O fino* como o bom baiano, um funcionário da Gessi Lever, Gilberto Gil, conseguira vários êxitos com o impulsivo “Roda” (“Se morre o rico e o pobre/ enterre o rico e eu/ quero ver quem separa/ o pó do rico do meu”) ou o pré-tropicalista “Lunik 9”: “Poetas, seresteiros,/ namorados, correi”. Com um sistema administrativo ineficiente, as TVs (Excelsior, Rio, Globo, Record, Tupi) haviam alcançado, em 1963, o domínio na comunicação de massa. Seus índices de audiência, porém, subiam e desciam ao acaso de um mercado que ninguém se propunha estudar e, por isso mesmo, parecia extremamente caprichoso. Com o movimento de 1964, os economistas passaram a exigir maior racionalidade na produção, utilização de tecnologia moderna e planejamento rigoroso. A TV Globo surgiu dentro desse contexto, buscando eficiência e qualidade formal no modelo americano.

Marginais e heróis

O grande marco da arrancada da TV Globo foi, curiosamente, uma novela produzida pela TV Tupi de São Paulo e recusada pela do Rio. Em *O direito de nascer* (1965), história passada em Cuba, no século XIX, congregavam-se nobres e plebeus, babados, rendas, heroísmos, maniqueísmos, ação e amores passionais. Os gestos eram grandiloquentes, exageradas as posturas dos atores. No entanto, foi o primeiro sinal de que a televisão, comandando a sociedade de consumo, vivia num ambiente de uniformidade social como padrão de gosto e comportamento.

Até chegar à explosão tropicalista – marco dessa época como *Opinião* foi da anterior – a arte se foi despojando no percurso do seu protagonista predileto: a vaga e romântica entidade chamada povo, que de herói passa a inexistente ou ridiculamente apático. Em seu lugar foram surgindo outros temas, e novas questões invadiram as discussões: consumo ou vanguarda, *underground* ou comunicação, som universal ou ligado às raízes, arte ou indústria.

O Tropicalismo como que embaralhou esses temas e confundiu as discussões. Misturando dados políticos, antropológicos e folclóricos, numa forma exasperante e rica, ele tentava novos meios de investigar a realidade brasileira e de questioná-la. O importante, como dizia Caetano na época, era entrar e sair das “estruturas”, ou como se diria hoje, do “sistema”. Na verdade, o Tropicalismo não temeu o consumo e chegou a transformar provocativamente em musa o rei do consumo: Chacrinha. Ousada e meio inconsciente dos perigos que a esperavam, a arte crítica parecia ter perdido a ilusão dos primeiros momentos de 1964, em que se considerava pura e puritana, incontaminável, ascética. Em 1968, a “arte suja”, o “cinema lixo”, a “antiarte” (“seja marginal, seja herói”, dizia Hélio Oiticica) aprendera o quanto tinha que sujar as mãos. Antes havia perdido a ilusão, agora perdia a inocência. A perda da vontade viria em seguida.

A perda da vontade

As dificuldades incorporaram um novo tema à arte: o lamento

Fevereiro de 1974. Após vinte dias de apresentação, é suspenso o *show* do compositor Luiz Gonzaga Júnior. As causas não são certas, mas prováveis: talvez o título (*Últimos dias*), talvez a presença de uma marionete pendurada no teto, talvez alguma música. Não se saberá ao certo.

O que houve com o *show* é um acontecimento exemplar do período pós-68, quando a cultura descobriu aos poucos a sua impotência e desceu ao mais fundo de sua angústia, alternando durante o trajeto crises de depressão, acessos de euforia, abulia e resistência. É então que ocorre o chamado “vazio cultural” (*Visão*, 5-7-71).

Galopando em metáforas cada vez mais sutis, os criadores debateram-se nos últimos cinco anos com uma implacável caça às mensagens, superficiais e profundas, textuais e contextuais de suas obras. Entre a criação e o público, um doloroso exame. Na música, por exemplo, uma atenção enorme se presta aos arranjos e às palavras soltas que, isoladas por um acorde, poderão insinuar ou sugerir.

Tais cuidados se apoiam na lei e na doutrina. O sistema legal que apoia a doutrina se fundamenta no AI-5 e em vários decretos e atos complementares. A doutrina se define basicamente por considerar as manifestações culturais vinculadas à segurança nacional, classificadas que são como poder psicossocial – um dos quatro que compõem o Poder Nacional.

Tentativas de vida

Para o cinema, por exemplo, o fator político de institucionalização dessa doutrina somado a circunstâncias internas, como os financiamentos e a mobilização de maiores capitais, levou a indústria, a partir de 1969, a entregar-se ao filão da comédia erótica, deslanchado dois anos antes pelo sucesso de *Todas as mulheres do mundo*. As tentativas de sobrevivência do Cinema Novo (*Os deuses e os mortos*, *O profeta da fome*, *Os herdeiros*) submergiram no teste comercial; seguidos logo adiante de *Pindorama*, *A casa assassinada*, *Barão Otelo*, *Um anjo mau*, que a eles

se igualaram em impotência diante dos novos fatos. Uma exceção notável: o sucesso de público e crítica de *Macunaíma*. As estatísticas da produção nacional, em filmes exibidos, indicam nesse período duas quedas: entre 1968 e 1969 (de 51 para 44 longas-metragens) e entre 1972 e 1973 (de 68 para 37 filmes). Em 1973, a censura mandou recolher mais de dez filmes já em cartaz, entre os quais *Sacco e Vanzetti*, *Sopro no coração*, *O atentado* e *A classe operária vai ao paraíso*. O episódio estimulou muitos produtores e distribuidores a deixarem seus filmes nas prateleiras. Jam longe os tempos em que Júlio Bressane podia dirigir-se ao ministro da Justiça para tentar repor uma cena de amor em seu *Cara a cara*.

Mas além de uma ação direta garantida por uma doutrina e um arsenal jurídico, o Governo se preocupou, a partir de 1969, com a restauração das forças da cultura em alguns setores e em algumas direções. A Embrafilme, empresa cinematográfica da qual o Ministério da Educação detém a quase totalidade das ações, é desse ano e já no seguinte começava a operar, financiando, a partir de então, uma média anual de trinta filmes de longa-metragem.

O grande surto

De 1970 é a lei de censura prévia para livros e publicações que, combatida pelos escritores mais consagrados como Érico Veríssimo, Jorge Amado e mesmo Nelson Rodrigues, continua de pé, embora na prática se tenha revelado tecnicamente inexecutável: só em 1971 foram lançados no Brasil 9.950 títulos novos, que exigiriam um número incalculável de censores de alta qualificação intelectual. O mercado crescente, propiciado pela alfabetização e pela expansão escolar, permitiu um aumento de 50% no número de livros e folhetos editados entre 1969 e 1971 mas o grande surto foi de publicações do gênero erótico, oferecidas como literatura digestiva, mais ou menos sofisticada.

Tal como ocorreu no cinema, a perda de qualidade do que se publica começa a preocupar.

No começo do ano passado, reunidos em Brasília, os membros do Conselho Federal de Educação ouviram uma amável admoestação do seu presidente Roberto Santos: ele pedia para que agissem com maior cuidado e rigor na concessão de autorizações para funcionamento de novas escolas e cursos de nível superior. Só em 1972, o conselho havia autorizado o funcionamento de 253 cursos em faculdades já existentes e a abertura de mais 117 escolas, com a criação de mais de 30 mil novas vagas. À primeira vista, os méritos da expansão são inegáveis. A pirâmide educacional passou a comportar mais gente: os 9,3 milhões matriculados no curso primário, em 1963, passaram a mais de 14 milhões em 1972; no mesmo período, os ginásianos passaram de pouco mais de 1,7 milhão para mais de 5,5 milhões. E os universitários se multiplicaram quase seis vezes. Esse fantástico crescimento não conseguiu, porém, corrigir as distorções da pirâmide: o índice de evasão no início da escolaridade é ainda “brutal”, segundo técnicos do próprio Governo. E a formação de quadros docentes ainda deixa muito a desejar, em quantidade e qualidade.

A situação no teatro não foi muito mais alentadora. Na resenha sobre 1973, o crítico Yan Michalski, do *Jornal do Brasil*, lamenta: “Esta foi a 11ª. temporada teatral que acompanhei como crítico. Em nenhuma das dez anteriores a tarefa me pareceu tão pesada e desestimulante”.

O público, desinteressado pelo que lhe serviram nos palcos, desertou e os empresários, a partir de 1970, ficaram numa incômoda dependência das comissões estaduais de ajuda ao teatro.

No entanto, os espetáculos mais importantes do período – *Cemitério de automóveis*, *O balcão*, *O arquiteto e o imperador da Assíria*, *A mãe* – dispensaram esse auxílio. O mesmo aconteceu para a invasão de musicais importados, dos quais o maior sucesso comercial foi sem dúvida *Hair*.

A grande evasão

Estável há cinco anos – cerca de 60 mil pessoas no Rio, outras tantas em São Paulo, somando, segundo acreditam os críticos, não mais de 200 mil frequentadores no país todo – a plateia parece reforçar a hipótese de que o teatro morreu, com o que não concordam muitos encenadores ativos, entre eles Flávio Rangel: “O que morreu foram os bons espetáculos”. E aponta a razão: “452 peças proibidas nos últimos dez anos – nove vezes mais que nos 24 anos precedentes, com o Estado Novo de permeio”.

Das perdas, a mais sentida foi a do Teatro Oficina. Ao iniciar-se o período de esvaziamento, em 1969, o Oficina ainda montou dois Brecht – *Selva das cidades* e *Galileu Galilei*, mas “sem entusiasmo”, como confessou o diretor do grupo. O Oficina mais tarde chegou a remontar antigas peças, acabando por transferir-se ao interior nordestino, de onde voltou com a proposta do *te-ato* (a ação através do teatro). *Gracias Señor*, depois de uma temporada no Rio, acabou por ser interdita em junho de 1972.

Na música, após o AI-5, a evasão foi de seus melhores valores: Chico Buarque mudou-se para a Itália; Geraldo Vandré para o Chile; Caetano e Gil, depois da prisão, acabaram em Londres, deixando aqui suas significativas mensagens: o sutil e populista “Aquele abraço”, de Gil, o sofrido “Irene” de Caetano (“eu quero ir, minha gente”). Chico Buarque lançou sua mensagem ao voltar, uma mudança que passou então quase despercebida: “Agora, falando sério/ eu queria não cantar/ a cantiga bonita que se acredita que o mal espanta/ Dou um chute no lirismo”.

Hoje, Chico figura entre os mais visados pela vigilância fonética e a semântica. Mas não só ele. A vigilância atinge também desde poesias de Luís Melodia, João Donato, Vinícius e Toquinho, Raul Seixas, Sérgio Sampaio, Sá, Rodrix e Guarabira, até velhas canções de Ari Barroso e Wilson Batista.

No setor de artes plásticas, o primeiro sinal de que algo não ia bem ocorreu em 1969 no IV Salão de Brasília: a pronta reação do júri impediu que fossem retirados os trabalhos, considerados políticos, o que não se evitou no III Salão de Ouro Preto: o júri nem chegou a ver algumas das gravuras inscritas. Foram retiradas antes. Os acontecimentos mais graves, porém, ficaram para a II Bienal da Bahia, inaugurada em dezembro do mesmo ano. No discurso de abertura, o governador Luiz Vianna Filho afirmava que “toda arte jovem tem de ser revolucionária”. No dia seguinte, a exposição era fechada, presos seus organizadores e retirados os trabalhos julgados eróticos ou subversivos. Os incidentes provocaram protestos tímidos no país e enérgicos no exterior. O episódio quase esvaziou a X Bienal de 1969, em São Paulo, porque importantes artistas da França e dos Estados Unidos deixaram de enviar suas obras. Foi um duro golpe para a Bienal, a mais importante mostra do gênero no país, do qual até hoje não conseguiu recuperar-se. Outros conflitos se registraram, muitos por conta da vocação erótica da *pop-art*.

Como compensação, a alternativa de consumo ofereceu-se generosa para os artistas plásticos. Os últimos dez anos assistiram a uma incrível valorização das obras, à possibilidade de viver de sua venda e à criação de mais de uma centena de galerias de arte.

“Mas”, observa o crítico Flávio de Aquino, “a arte dos leilões em que obras de Ismael Nery, Dacosta, Djanira, Di Cavalcanti etc. atingem centenas de milhares de cruzeiros, não chegou para o artista de vanguarda. Os mais vendidos pertencem a uma geração aquietada, provinda dos primórdios do modernismo”.

Outro problema é o marcante caráter formal de determinadas propostas recentes.

Tomando como exemplo o caso da queima de um totem de Cildo Meirelles (abril de 1970, Belo Horizonte), comenta o crítico Frederico de Moraes: “Face aos novos rituais, as questões de linguagem passam a segundo plano”.

Situado entre as artes plásticas e a imprensa, entre o humor e a crítica, o *cartoon* brasileiro viveu nos últimos anos, apesar de todas as dificuldades, a sua década de ouro, ao lado do surgimento dos quadrinhos de Maurício, Ziraldo e Henfil. Os mesmos Ziraldo, Henfil e mais Jaguar, Juarez e Caulos figuram entre os nomes que se destacaram no período. E esse não é um fenômeno apenas nacional, na opinião de Millôr Fernandes: “O homem passou a ser também o *Homo ludens*. Nas artes plásticas, por exemplo, os quadros viraram objetos e, como objetos, só funcionam quando manuseados. E até na moda o humor teve influência. Se antes uma barba e um bigode eram sinônimos de seriedade, hoje pouco têm a ver com ela”. Millôr participou por inteiro desses dez anos. Primeiro, em sua revista *Pif-Paf*, que editou em 1964, como que preparando caminho para *O Pasquim*, que nasceu numa época em que não se podia mais falar de política abertamente. Apesar disso, teve um papel importante no comportamento e na linguagem das pessoas.

Apesar de tudo

A televisão, em linhas gerais, sofreu menos no terreno político do que no da moral e da crítica social. Uma vigilância rigorosa aboliu quase completamente a apresentação de temas conflitantes em termos sociais. As novelas passaram do gênero capa e espada do começo da década para o tratamento do cotidiano limitado a questões individuais.

“É bom lembrar”, diz o crítico João Rodolfo do Prado, “que mais do que crítica social as novelas de agora fazem comentários, questionando apenas o que já foi resolvido na prática.”

A imprensa, ferida como empresa pelas restrições aos que resistem, não oferece, nesse sentido, um quadro alentador. A circulação global dos jornais manteve-se constante, em todo o país (menos de 4 milhões de exemplares) nos últimos dez anos, embora a população tenha aumentado aceleradamente.

Em todos esses setores, os problemas culturais colocam desafios importantes. O folheto *Como eles agem*, sobre os perigos da subversão, que o Ministério da Educação distribuiu nas últimas semanas da gestão do ministro Jarbas Passarinho, é um entre tantos indícios das dificuldades que o regime enfrentará, dentro de si mesmo, para o reencontro com a cultura. Esse tão demorado reencontro introduziu um novo tema à arte dos últimos cinco anos: a autolamentação.

Já que não é permitido discutir e protestar, lamenta-se. Às vezes com um certo masoquismo, às vezes até com o alibi para a não realização, mas quase sempre com razões objetivas. O mergulho nas trevas do lamento e da impotência foi tão profundo que alguns se perderam pelos subterrâneos, ficaram na margem ou escolheram as viagens permanentes. Mas muitos cansaram-se de se lamentar, talvez com medo de se tornarem tristes heróis de uma “guerra acabada”. Estão voltando a querer, isto é, estão recuperando a vontade para voltar a fazer – apesar de tudo.

A volta do querer

Emergindo do vazio e da fossa, a arte descobre que pode haver luz onde só havia trevas.

1984

Desde que o escritor inglês George Orwell publicou um livro prevendo, em termos de ficção, o que ocorreria nesse ano, a década já iniciada passou a ser vista como um possível e indesejável caminho para o apocalipse do pensamento. Segundo a profecia de Orwell, feita em 1949, a humanidade no ano de 1984, independente de sistemas ideológicos, seria reduzida a uma condição abjeta em que só saberia obedecer. Nunca perguntar. Para o sistema, as perguntas seriam desnecessárias, assim como a criação intelectual.

1984 está, historicamente, a um passo de nós. E a sombria previsão orwelliana continua sendo uma terrível ameaça – que não deve ser afastada como impossível, mas encarada como hipótese a ser definitivamente evitada. Um balanço da cultura brasileira, como o das páginas anteriores, não deixa um saldo alentador. Ao contrário, o período parece não ter sido favorável à plenitude do pensamento. Suas dificuldades foram muitas e, em determinados momentos, chegou-se a pensar no falecimento do organismo criador, por debilidade, medo e impotência. Contrastando com os índices econômicos, o saldo da produção artística **apresenta um lamentável estado de carência**, o que quase leva a concluir, erroneamente, que prosperidade material e pensamento criativo são inconciliáveis.

Durante os últimos cinco anos pelo menos foram.

As vicissitudes sofridas pelos intelectuais não impediram o crescimento quantitativo dos produtos culturais, mas contribuíram para empobrecer sua qualidade. Em lugar de uma arte original, nova, inquieta e inquietante, como é próprio de sua natureza, o que ressalta do balanço é uma produção de baixo consumo – digestiva, requentada e conformista.

“O que temos hoje”, diz o economista Carlos Estêvam, “é cada vez mais coisas e pessoas iguais às que tínhamos antes.”

Olhar para frente

É mais um diagnóstico. Durante principalmente os últimos cinco anos, a cultura se autoanalisou e produziu uma vasta literatura de lamentação e autopiedade.

A partir do final de 1973, porém, alguns indícios esparsos parecem sugerir sensíveis modificações de atitude. Ao lado de obras como *Os inconfidentes*, *São Bernardo*, *Um grito parado no ar*, entre outras, indiscutíveis provas de resistência criadora, uma corrente de pensamento que rejeita cair no desespero ou no quietismo já se pergunta também se caberiam, nesse momento de mudanças administrativas, posições de transigência relativa. Isto é: se não seria preferível olhar para a frente – sem ilusão mas sem preconceito –, em vez de olhar para trás com ressentimento.

Como que cansados do confronto direto, desvantajoso e desgastante, em que o resultado é um rosário de queixas, muitos criadores estariam se armando de outra disposição, inclusive para não caírem no *comodismo da lamentação* ou ficarem presos na torre de marfim do sofrimento. Como disse um deles, “chega de descrições. O que é preciso é voltar a agir, fazer”.

“Mas está cada vez mais difícil”, responderia o personagem de *Um grito parado no ar*, a última peça encenada de Gianfrancesco Guarnieri. Realmente está. Mais fácil seria a inação e o silêncio.

Nos depoimentos que *Visão* publica a seguir, de intelectuais que não desistiram de agir e criar, esbarra-se em muita confusão, mas não em má vontade.

Como um direito

Há mesmo uma volta da vontade: de dialogar, de discutir e de fazer pensar até pela instigação.

Se Guarnieri escolheu um palco para pendurar no ar o seu grito, o depoimento de José Celso anuncia uma nova investida em direção não a uma arte de confronto mas a uma arte da vida, numa “sociedade alternativa”.

Trata-se de uma formulação derivada do principal subproduto da Grande Desilusão desses últimos anos: o desencanto com esquemas ideológicos rígidos.

“Nossa geração” (a dos que têm entre trinta e quarenta anos), diz o crítico literário Afonso Romano de Sant’Anna, “conviveu com uma série de conteúdos ideológicos, que eram tomados como a *verdade*, quando na verdade eram *ideologia*. O erro é viver a ideologia como verdade, história e ciência. Ela pode ser elemento tático, mas não deve se confundir com a estratégia.” O fim da confusão, que teria levado a equívocos e erros acumulados, produziu como efeito correlato uma postura mais aberta, menos dogmática.

Assim, ao pessimismo embutido em posições como a de Carlos Estêvam e Augusto de Campos contrapõe-se a surpreendente proposta de diálogo com o poder, vagamente formulada por Glauber Rocha.

“Se os nossos olhos estiverem desembaraçados”, diz por sua vez Carlos Diegues, “talvez possamos reinventar a luz onde julgávamos que houvesse apenas trevas. As alquimias correm contra o tempo. Agora um ciclo está se fechando, mesmo que, no sistema respiratório das culturas, o movimento de inspiração seja sempre mais longo que o de expiração.”

Emergindo do vazio e da fossa, sofrida e amadurecida, a cultura brasileira talvez tenha encontrado, além da vontade, a esperança de que a liberdade tão invocada lhe possa ser por fim devolvida. Não como favor concedido, mas como direito adquirido.

Os que não pensam

Carlos Estêvam, economista

“A pobreza atual da cultura brasileira não é determinada pela rigidez, pelo burocratismo do sistema. Nada disso. Dostoiévski produziu num período de muito maior rigidez política do que o nosso, hoje. Pode-se dizer que a censura serve para reforçar a ausência estrutural do pensamento, nos vários setores. Mas é também um alibi para certos intelectuais justificarem o fato de não produzirem nada de novo, nada de socialmente significativo. Os economistas brasileiros podem pensar? Podem. Não há censura aos economistas. E qual é o economista brasileiro que pensa? Nenhum. Vejam os responsáveis pela nossa economia: o máximo que o sujeito diz a seu próprio respeito é que ele é pragmático. Quando uma sociedade chega ao ponto de erigir o pragmatismo em virtude, essa sociedade não necessita mais pensar.

Como bem definiu Oliveira Viana, a nossa é uma sociedade amorfa. Aqui, os setores em que tecnicamente se divide a classe média dominante estão praticamente fundidos. É por isso que as camadas novas dessas classes são extremamente débeis, com pouco ou nenhum pensamento original.

O Cinema Novo foi totalmente absorvido pelas determinações básicas da sociedade brasileira. Como manifestações mais importantes dos últimos anos eu escolheria *Macunaíma*, *São Bernardo* e *Toda nudez será castigada*. Mas o que significam esses filmes? Significam que apenas se reduziu para a forma do cinema o que já existia antes como teatro ou literatura. Não se criou nada de novo. Apenas se multiplicou, se criou mais da mesma coisa.

Leon, Joaquim, Jabor e outros dão apenas as versões audiovisuais de obras escritas, para uma classe média burocratizada que não lê. E não lê porque não tem nenhum motivo para isso. Ela não precisa pensar, então para que ler? Não quero dizer que os cineastas não tentem dizer. Apenas eles também pararam de pensar e isso é que é importante.

De 1930 para cá, as mudanças qualitativas, estruturais, vão se dando nos bastidores, fora da consciência e dos olhares do público. O público não participa da idealização, da concepção da transformação, da luta que leva a essas transformações.

Então, não há nenhum processo que engendre atividades culturais importantes. As transformações se dão de outra forma, por mecanismos dentro do próprio aparelho do Estado. Elas não foram impulsionadas, dirigidas, por qualquer dos setores educados da cultura, que passam a ser meros objetos dessas transformações.

Assim, como esses setores não foram atores conscientes no engendramento dessas transformações, também não são autores conscientes das suas reações às mesmas transformações.

A contracultura, no Brasil, não passa de um negativo da cultura oficial, da cultura da classe média burocratizada. Tudo que é cultura da classe média burocratizada, mesmo que tenha valor, é negado como não valor por essa contracultura, que não tem nenhuma posição original. É

apenas uma reação passiva ao que está acontecendo. A curtição o que é?

Curtir é ficar numa sensação, condenar-se ao nível da sensação. Isso é exatamente o correspondente preciso do pragmatismo. O pragmático é o que seria curtidor se não estivesse se beneficiando com o processo. E o curtidor seria pragmático se não tivesse sido prejudicado pelo processo.”

Algumas ideias e o mesmo problema da criação

O fim de uma época

José Celso, diretor de teatro

“Estamos num beco sem saída, tentando reagir. A repressão foi tão grande que me colocou numa situação de impotência igual à do povo e então pude sentir uma série de coisas. Coisas que eu dizia mas não tinha experimentado.

Gracias señor significou a morte do teatro escravo e o início do teatro livre, isto é, teatro central, sagrado. Foi o fruto da experiência mais radical de pessoas que não quiseram entrar no teatro censurado e prostituído, que não se venderam e resolveram com sua própria vida física entrar no escuro e no caos, sem deixar nenhum grito parado no ar. Antigamente, antes da gente criar alguma coisa havia toda uma ditadura de estilo, de concepção. Hoje não existe mais isso, não existe mais nada por trás. Você é responsável por você mesmo e mais nada.

Vivemos numa época sem direitos humanos e, como a treva em cima é total, nós temos que aprender tudo. O juiz de todos nós sempre foi alguma coisa fora de nós, algo ligado ao sistema, que forçava a nossa relação. Hoje, por exemplo, é o dinheiro. O sistema, esse lugar-comum, é uma consciência corrosiva fantástica. Há, de um lado, o mundo desse ‘sistema’, o mundo de César, e de outro o mundo dos criadores, dos homens ligados, de deus ou dos deuses. O mundo do ‘sistema’ foi desabitado, abandonado pelos artistas, pelos loucos, pelos revolucionários. É um mundo que tem contra si todas as forças reais da natureza e da criação. Esse ‘sistema’ que está aí não tem saída. Vai morrer vítima de sua própria destruição.

Hoje se sabe que o além do além é aqui mesmo e já. Há uma tomada de consciência (onde se está se está bem), um despertar para tudo, o chamado de desbunde, isto é: desmontagem da coluna vertebral que nos mantinha eretos, num falso equilíbrio. Hoje as pessoas têm um interesse muito grande pelas religiões, o que nada tem a ver com fuga ou com o apoio do povo. Há muita mistificação, é óbvio, mas há um movimento natural da história pela perda de fé absoluta nas sociedades criadas pela exploração e suas leis.

Se não mudarmos nossa transação com o dinheiro, não teremos mudado nada. É por isso que a única arte que eu acho importante hoje é a arte da transação, a arte de mudar a relação com o dinheiro.

Hoje estou mais interessado em criar uma estrutura de relações de confiança entre as pessoas ligadas, isto é, toda uma *sociedade alternativa* como chama a transação de Raul Seixas e Paulo Coelho. A obra de arte já era. As grandes mudanças só vão existir quando houver grandes faixas da população que as exijam, que pressionem por elas. O único antídoto contra o sistema é a anarquia, anarquia entendida não como ausência de governo mas ausência de dominação.

Utopia? A noção de *utopia* é uma coisa que os estados totalitários tentam tirar do povo; a perda da fé, dos sonhos.

Sim, sou um curtidor e um pragmático. Aprendi a ser, ainda bem. O chamado ‘nível de sensação’ é um pavor que os caretas têm da realidade, da vida, da morte, do gosto, da dor, do prazer, das coisas reais. Depois dos campos de concentração, das torturas, da poluição, o homem finalmente descobriu que o corpo é sagrado e decidiu amá-lo e curti-lo, preservá-lo da violência do dinheiro e da abstração. A descolonização política só é possível com a descolonização do corpo.

A censura é um bode expiatório. A repressão, escravos, está em tudo – e a liberdade também. Basta *ver e querer para poder.*”

Abaixo a mistificação

Glauber Rocha, diretor de cinema

“*Visão* me pede para responder alguma coisa, eu também estou procurando uma resposta, a rainha Tomíris que matou Ciro era de um povo que costumava sacrificar aos deuses mais potentes os mais velozes seres humanos. Quando saí do Brasil, em 1971, deixei nas mãos do Tarso e do Maciel um artigo pra *Já*, onde anunciava que em 1974 baixava uma luz e as sete cabeças da besta se desintegrariam: depois, em outras ilhas, Marcos berrou no meio da viagem: Petróleo! E sabíamos que não era nosso na matéria mas Ideia; quem me encontrou nestes anos em vários continentes se lembra do que estava anunciando.

Visão me pede para responder sobre arte no Brasil de 1964-74: são dez anos de Bode, daquele Demoz que crava fundo as patas no dorso da plebe. Reagimos, o sangue correu em Jardim das Piranhas, Antônio das Mortes falou ao terceiro mundo, esperamos agora, sobretudo Eu, que sou protestante, Luz e Ação.

Acho que Geisel tem tudo na mão para fazer do Brasil um país forte, justo e livre. Estou certo inclusive que os militares são os legítimos representantes do povo.

Chegou a hora de reconhecer sem mistificações, moralismos bobocas, a evidência: Costa era quente, frias eram as consciências em transe que não viram pintar as contradições no espelho da história. Em 1968 eu era albuquerqueista e Antônio das Mortes é o profeta de Alvarado e Khadafi.

Vejam as coisas: agora a história recomeça. Os fatos de Geisel ser luterano e de meu aniversário ser a 14 de março, quando completo 35, me deixam absolutamente seguro de que cabe a ele responder às perguntas do Brasil falando para o mundo. Não existe arte revolucionária sem poder revolucionário. Não interessa discutir as flores do estilo: quero ver o tutano da raiz.

Comecemos por economia política e vejamos como se articula o desenvolvimento da superestrutura sobre o subdesenvolvimento da infraestrutura etc. Acho Delfim Netto burro, idem Roberto Campos. Chega de mistificação.

Para surpresa geral, li, entendi e acho o general Golbery um gênio – o mais alto da raça ao lado do professor Darci. Que Celso Furtado é a metáfora do terceiro mundo dragado pela Wall Street Scout. Que Fernando Henrique é o príncipe de nossa sociologia.

Que leio e curto a revista *Argumento*. Que Chico Buarque é o nosso Errol Flynn.

Que entre a burguesia nacionalinternacional e o militarismo nacionalista eu fico, sem outra possibilidade de papo, com o segundo.

De cinema novo? O novo é sempre viveterno e *São Bernardo* ainda surpreendeu incrédulos da geração 50. Não tenho nada de pessoal contra tropicanalhistas: detesto a finura sutil dos machadianos, o revisionismo *time-life* da moçada abrilhantada. Sou um homem do povo, intermediário do cujo, e a serviço.

Força total pra
Embrafilme,
Ordem e Progresso.”

Tempo de pobreza

Augusto de Campos, poeta

“Alguns anos do período 1964-74 serão lembrados principalmente porque, contra tudo e contra todos, uma flor brotou na geleia geral: a poesia-música de Caetano e outros baianos de nascença ou de cabeça. Alguns velhos guerrilheiros artísticos tentaram continuar o que haviam começado. Para quê? Para quem? Nem eles sabem.

No mais, marasmo,
fardões, concursos de contos do vigário, oportunismos de esquerda e de direita, academismos de vanguarda e de retaguarda, uma pseudocrítica verborrágica que passou rapidamente de sociologóide a estruturalóide sem qualquer acréscimo de olfato.

Ah, a comunicação!

Questão de verbo? Questão de verba.

Pessoa (Fernando): A estupidez achou sempre o que quis. Geleia e mais geleia.

E Sousândrade, *Qorpo*

Santo, Kilkerry, Oswald, flores

Pisadas do passado na geleia

aplastante do presente.

Tempo de

Pobreza.”

O papel da universidade

Ruth Cardoso, antropóloga

“A universidade perdeu o papel de fator criador da cultura brasileira. Mas não creio que se possa dizer que ‘o papel da universidade acabou’, na medida em que a gente tem que encontrar a solução para isso.

Não vejo a expansão do ensino, em si, como uma coisa negativa; há aspectos positivos, exatamente porque esse tipo de democratização pode criar um maior número de pessoas com formação mínima.

Entre os que entram nas universidades hoje a gente vê uma desinformação imensa.

Mesmo que esse nível seja baixo é alto para muitos que até alguns anos atrás não tinham acesso a isso.

Então a gente tem hoje um público para jornal, para revista, um público para livros.

É um fenômeno interessante, a longo prazo. Agora, é também uma coisa amorfa, que está acontecendo ao deus dar, mas que no futuro será uma massa que estará pressionando, porque lê, se informa. Mas o próprio fenômeno da expansão da rede de ensino vai criar uma massa capaz de suportar as manifestações críticas.

Para pensar o modelo da cultura hoje, no Brasil, para mim este é um dado fundamental.”

“Da ilusão do poder a uma nova esperança”. Visão, “Cultura”, vol. 44, n. 5, pp. 137-155, 11 mar. 1974.

Legendas:

João Goulart

Stanislaw

Castello Branco

Brigitte

Vereda da Salvação

Os “Oito da Glória”

IV centenário

Começa o terror

Estudantes deixam o estádio

A retirada

Mais vagas

Navalha na carne

O festival de Guarabira

Funerais de Castello Branco

Roda viva

Atentado

Passeata dos 100 mil

O Pasquim

Mariguela

A Junta Militar

Esquadrão ataca

A bolsa em alta

Os herdeiros

Pedroso Horta

A despedida

A bolsa em baixa

A volta de Dom Pedro

Lanusse e Médici

Médici e Thomaz

Elenco inédito

À espera de Geisel

Zé Kéti, João do Vale e Bethânia, canto do impossível. À direita,

Deus e o Diabo e *Vidas secas*: dois caminhos apontados pelo cinema da época.

Gullar: a realidade rompia formas

O rei da vela e *Roda viva* foram uma violenta explosão. Ainda se encontram estilhaços espalhados por todos os campos.

Terra em transe, Chico e os festivais: três representantes da época

Até 1968, a liberdade era vista nos muros das universidades e palcos. O tema foi êxito de Paulo Autran em 1965

Galileu, de Brecht; uma reação

Macunaíma foi uma exceção notável: conquistou a crítica e o público

Carlos Estêvam, economista: não se criou nada de novo, apenas se multiplicou, se criou a mesma coisa

José Celso, diretor de teatro: a única arte hoje é a arte da transação, a arte de mudar a transação com o dinheiro

Glauber Rocha, diretor de cinema: Ernesto Geisel tem tudo para fazer do Brasil um país forte, justo e livre

Augusto de Campos, poeta: muito oportunismo de esquerda e de direita, fardões, geleia e mais geleia

Ruth Cardoso, antropóloga: a expansão do ensino vai criar uma massa capaz de suportar as manifestações críticas